

**UNIVERSIDADE REGIONAL INTEGRADA DO ALTO URUGUAI E DAS MISSÕES**

**URI**

**PRÓ-REITORIA DE PESQUISA, EXTENSÃO E PÓS-GRADUAÇÃO**

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO (PPGEDU)**

**MESTRADO EM EDUCAÇÃO**

**POLÍTICAS PÚBLICAS DE FORMAÇÃO POR MEIO DA EJA EM JACIARA (MT)**

**CLEUZA INÊS DE JESUS**

**FREDERICO WESTPHALEN,**

**2025**

**CLEUZA INÊS DE JESUS**

**POLÍTICAS PÚBLICAS DE FORMAÇÃO POR MEIO DA EJA EM JACIARA (MT)**

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado, do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões (URI) – Campus de Frederico Westphalen – como requisito para obtenção do grau de Mestre em Educação.

Orientador: Prof. Dr. Cesar Riboli.

**FREDERICO WESTPHALEN,  
2025**

## **IDENTIFICAÇÃO**

### **Instituição de Ensino/Unidade**

Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões (URI) – Campus de Frederico Westphalen (RS).

Rua Assis Brasil, n.º 709, Bairro Itapagé, CEP: 98400-000, Frederico Westphalen (RS).

### **Direção do Campus**

Diretora geral: Prof.<sup>a</sup> Dra. Elisabete Cerutti

Diretora acadêmica: Prof. Dr. Carlos Eduardo Blanco Linares

Diretor administrativo: Prof. Me. Alzenir José de Vargas

### **Departamento/Curso**

Coordenadora do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Educação – Mestrado e Doutorado em Educação: Prof.<sup>a</sup> Dra. Luci Mary Duso Pacheco

### **Orientador**

Prof. Dr. Cesar Riboli

### **Mestranda**

Cleuza Inês de Jesus

### **Temática**

Políticas públicas, EJA, Jaciara, MT

**RESERVADO PARA FICHA CATALOGRÁFICA**

**CLEUZA INÊS DE JESUS**

**POLÍTICAS PÚBLICAS DE FORMAÇÃO POR MEIO DA EJA EM JACIARA (MT)**

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado, do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões (URI) – Campus de Frederico Westphalen – como requisito para obtenção do grau de Mestre em Educação.

Orientador: Prof. Dr. Cesar Riboli.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de \_\_\_\_.

**BANCA EXAMINADORA**

---

Prof. Dr. Cesar Riboli

Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões

---

Camila Aguilar Busatta

Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões

---

Prof.<sup>a</sup> Dra. Dirléia Fanfa Sarmiento - UNILASALLE

## **AGRADECIMENTOS**

A realização desta dissertação representa o resultado de um percurso construído com o apoio e a presença de muitas pessoas e instituições, a quem registro meu sincero reconhecimento.

Agradeço a Deus, pela serenidade e discernimento concedidos nos momentos decisivos desta caminhada acadêmica.

À minha família, por sustentarem com afeto, compreensão e confiança cada etapa desta trajetória, oferecendo o suporte necessário para que este projeto se tornasse possível.

Ao meu orientador, Prof. Dr. Cesar Riboli, pela escuta atenta, pela orientação rigorosa e pelo estímulo constante à reflexão crítica. Sua contribuição intelectual e humana foi determinante para o amadurecimento deste trabalho.

À instituição e aos professores que acompanharam esta formação, por promoverem um ambiente de diálogo, pesquisa e aprendizagem comprometido com a qualidade e com o desenvolvimento científico.

Aos colegas e amigos de jornada, pelas conversas produtivas, pelo compartilhamento de experiências e pelo apoio mútuo que tornaram o processo mais leve e significativo.

Estendo, ainda, meus agradecimentos a todos que, direta ou indiretamente, colaboraram com esta pesquisa, por meio de sugestões, incentivo ou simples gestos de apoio. A presença de cada um deixou marcas neste percurso acadêmico.

## **LISTA DE GRÁFICO**

|                                                       |    |
|-------------------------------------------------------|----|
| Gráfico 1 – Taxas de analfabetismo (2010 e 2022)..... | 60 |
|-------------------------------------------------------|----|

## **LISTA DE QUADROS**

|                                                                              |    |
|------------------------------------------------------------------------------|----|
| Quadro 1 – Dissertações e teses sobre políticas públicas e EJA.....          | 27 |
| Quadro 2 – Artigos e capítulos de livros sobre políticas públicas e EJA..... | 28 |
| Quadro 3 – População total e taxa de analfabetismo (2010 e 2022).....        | 59 |
| Quadro 4 – Principais ações vinculadas à EJA em Jaciara (MT) .....           | 61 |

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

**CAPES** – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

**CNE** – Conselho Nacional de Educação

**CEE/MT** – Conselho Estadual de Educação de Mato Grosso

**CEJA** – Centro de Educação de Jovens e Adultos

**CPC** – Código de Processo Civil

**CRAS** – Centro de Referência de Assistência Social

**EJA** – Educação de Jovens e Adultos

**ENCCEJA** – Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos

**FUNAI** – Fundação Nacional dos Povos Indígenas

**IBGE** – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

**ILO** – International Labour Organization (Organização Internacional do Trabalho)

**INEP** – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

**LDB** – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

**MEC** – Ministério da Educação

**MT** – Mato Grosso

**NGP** – Nova Gestão Pública

**ONU** – Organização das Nações Unidas

**ODS** – Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

**PDDE** – Programa Dinheiro Direto na Escola

**Pé-de-Meia** – Programa de Incentivo Financeiro-Educacional

**PEJA** – Programa de Apoio aos Sistemas de Ensino para Atendimento à Educação de Jovens e Adultos

**PNAE** – Programa Nacional de Alimentação Escolar

**PNE** – Plano Nacional de Educação

**PNATE** – Programa Nacional de Transporte do Escolar

**PROEJA** – Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos

**PRONATEC** – Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego

**PRONERA** – Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária

**SciELO** – Scientific Electronic Library Online (Biblioteca Eletrônica Científica Online)

**SECADI** – Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão

**SEDUC-MT** – Secretaria de Estado de Educação de Mato Grosso

**STF** – Supremo Tribunal Federal

**TCLE** – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

**UNESCO** – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

**URI** – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões

## SUMÁRIO

|                                                                               |    |
|-------------------------------------------------------------------------------|----|
| RESUMO.....                                                                   | 21 |
| ABSTRACT .....                                                                | 22 |
| 1 INTRODUÇÃO .....                                                            | 12 |
| 1.1 Metodologia .....                                                         | 21 |
| 1.1.1 Abordagem da pesquisa .....                                             | 21 |
| 1.1.2 Tipo de pesquisa.....                                                   | 21 |
| 1.1.3 Procedimentos metodológicos .....                                       | 22 |
| 1.1.4 Critérios de análise .....                                              | 23 |
| 1.2 Estrutura da dissertação .....                                            | 23 |
| 2 O ESTADO DO CONHECIMENTO .....                                              | 24 |
| 3 POLÍTICAS PÚBLICAS .....                                                    | 32 |
| 3.1 Políticas públicas educacionais.....                                      | 33 |
| 3.1.1 Políticas públicas para jovens e adultos .....                          | 40 |
| 3.1.2 Necessidade de pesquisas locais .....                                   | 42 |
| 3.1.3 Métodos pedagógicos na EJA .....                                        | 43 |
| 3.1.4 Adaptação cultural e social .....                                       | 44 |
| 3.1.5 Aspectos psicossociais da alfabetização .....                           | 44 |
| 3.1.6 Contexto de Jaciara .....                                               | 45 |
| 3.2 A legislação sobre a EJA no Brasil .....                                  | 46 |
| 3.3 A importância da EJA na promoção da inclusão social.....                  | 50 |
| 3.4 EJA e a formação humana e profissional.....                               | 54 |
| 4 AS AÇÕES DO EJA NO MUNICÍPIO DE JACIARA: ANÁLISE DAS<br>CONTRIBUIÇÕES ..... | 59 |
| CONSIDERAÇÕES FINAIS .....                                                    | 68 |
| REFERÊNCIAS.....                                                              | 71 |

## RESUMO

Esta dissertação tem como objetivo investigar as políticas públicas da Educação de Jovens e Adultos (EJA), analisando sua capacidade de promover a alfabetização e o desenvolvimento social e econômico dos educandos. A pesquisa elegeu como problema central a identificação da contribuição da formação proporcionada pela EJA na alfabetização dos moradores do município de Jaciara (MT), bem como sua contribuição para o aprimoramento das habilidades de leitura e escrita dos participantes. Além disso, o estudo busca avaliar os benefícios sociais e econômicos decorrentes dessa formação, considerando sua influência na empregabilidade, na inclusão digital e na participação cidadã dos alunos. A metodologia adotada inclui uma abordagem qualitativa e análise documental, fundamentada em legislações, relatórios institucionais e literatura acadêmica sobre a EJA. A pesquisa também considera os aspectos da formação profissional dos alunos da EJA, examinando os efeitos da modalidade no acesso ao mercado de trabalho e na ampliação das oportunidades de qualificação. Os resultados indicam que a EJA tem um papel fundamental na alfabetização de jovens e adultos em Jaciara, no entanto os desafios estruturais ainda limitam o potencial formativo dos programas, como a descontinuidade de políticas públicas, a evasão escolar, a escassez de docentes qualificados e a necessidade de maior flexibilização curricular para atender às demandas específicas desse público. Além disso, observou-se que a integração entre a EJA e a formação profissional ainda precisa ser fortalecida. Por outro lado, a análise documental revelou avanços recentes na política educacional voltada à EJA, com destaque para o Plano Municipal de Educação de Jaciara (2015–2025), que estabelece metas específicas para a modalidade e reafirma o compromisso local com a inclusão educacional. Diante dessas, reforça-se a necessidade de investimentos contínuos na EJA, com foco em formação docente, ampliação de recursos tecnológicos, integração com políticas de assistência social e oferta de qualificação profissional.

**Palavras-chave:** políticas públicas de Educação de Jovens e Adultos; alfabetização; Jaciara; transformações sociais; metodologia educacional.

## ABSTRACT

This dissertation aims to investigate public policies related to Youth and Adult Education (EJA), analyzing their effectiveness in promoting literacy and the social and economic development of learners. The central research problem focuses on identifying the contribution of EJA programs to the literacy of residents in the municipality of Jaciara (MT), as well as their role in improving participants' reading and writing skills. Furthermore, the study seeks to assess the social and economic benefits resulting from such educational experiences, considering their influence on employability, digital inclusion, and civic participation. The research adopts a qualitative approach and documentary analysis, grounded in legislation, institutional reports, and academic literature on EJA. It also examines the professional training dimension within EJA, exploring how this educational pathway affects access to the labor market and enhances opportunities for skill development. Findings indicate that EJA plays a crucial role in promoting literacy among young people and adults in Jaciara; however, structural challenges continue to limit the formative potential of these programs. Among these challenges are the discontinuity of public policies, high dropout rates, a shortage of qualified teachers, and the need for greater curricular flexibility to meet the specific needs of the target population. Additionally, the integration between EJA and vocational education still requires strengthening. On the other hand, the documentary analysis reveals recent advances in local educational policy, particularly through the Jaciara Municipal Education Plan (2015–2025), which sets specific goals for EJA and reaffirms the municipality's commitment to educational inclusion. In light of these findings, the study underscores the need for continuous investment in EJA, emphasizing teacher training, expansion of technological resources, integration with social assistance policies, and the provision of vocational training opportunities.

**Keywords:** public policies for Youth and Adult Education; literacy; Jaciara; social transformation; educational methodology.

## 1 INTRODUÇÃO

Esta pesquisa está inserida na área da Educação, vinculada a linha de Políticas Públicas Educacionais e Gestão da Educação e do projeto de pesquisa Educação, Direito e Sociedade, do Programa de Pós-Graduação em Educação, mestrado e doutorado da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões (URI) - Campus Frederico Westphalen, no Rio Grande do Sul.

A investigação está diretamente relacionada à minha trajetória como docente e gestora escolar, a partir da qual busco compreender como as políticas públicas voltadas à Educação de Jovens e Adultos (EJA) impactam os processos de formação e inclusão educacional de jovens e adultos, analisando os desafios e as potencialidades envolvidos nesse contexto.

Meu percurso acadêmico inclui Licenciatura em Letras, com habilitação em Língua Portuguesa e Literatura, pela Universidade Federal de Mato Grosso (2002), em Cuiabá (MT), e Licenciatura em História pela Faculdade Única de Ipatinga (2022), em Ipatinga (MG). Além disso, possuo especializações em Gestão Escolar pela Universidade Federal de Mato Grosso (2016), em Cuiabá (MT); Educação do Campo: Desenvolvimento e Sustentabilidade pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso - Campus São Vicente (2010-2011), em Santo Antônio do Leverger (MT), e Avaliação do Ensino e da Aprendizagem pela Universidade do Oeste Paulista (2004-2005), em Presidente Prudente (SP). Minha formação inicial no Magistério foi concluída em 1990, na Escola Estadual Antônio Ferreira Sobrinho, em Jaciara (MT).

Minha história profissional iniciou-se em 1982 como praticante bancária na Agência do Banco Financial, na cidade de Pedro Gomes (MS). No campo da educação, atuei como docente interina de educação básica, entre 1991 e 1992, na Escola Estadual Gustavo Dutra, em São Vicente da Serra, no município de Santo Antônio de Leverger (MT). De 1993 a 1995, lecionei na Escola Estadual Irmã Miguelina Corso, em São Pedro da Cipa (MT), e, de 1996 a 2001, tornei-me diretora dessa instituição escolar, por meio de eleição realizada junto à comunidade escolar.

Posteriormente, entre 2002 e 2009, atuei como docente interina de educação básica tanto na Escola Estadual Irmã Miguelina Corso quanto na Escola Municipal Gessy Antônio da Silva (2008), ambas em São Pedro da Cipa (MT). Entre 2010 e 2011, fui coordenadora pedagógica interina na Escola Estadual Irmã Miguelina Corso.

Em 2011, ingressei como professora efetiva no estado de Mato Grosso. De 2012 a 2015, fui novamente eleita diretora da Escola Estadual Irmã Miguelina Corso, onde permaneci na gestão até 2016, quando retornei à docência. Entre 2017 e 2023, exerci a função de gestora pedagógica, com formação em História e Gestão Escolar. Em 2024, voltei a atuar como docente de educação básica na Escola Estadual Irmã Miguelina Corso, em São Pedro da Cipa (MT), consolidando minha trajetória profissional na área educacional.

Essa trajetória consolidada na docência e na gestão escolar me proporcionou uma visão ampla dos desafios enfrentados pelo sistema educacional, especialmente no que se refere à inclusão de jovens e adultos que, por diferentes razões, não tiveram acesso à educação formal na idade regular. Ao longo dos anos, pude observar de perto as dificuldades enfrentadas pelos alunos da Educação de Jovens e Adultos (EJA), bem como a importância dessa modalidade para garantir a alfabetização e o desenvolvimento de competências essenciais.

A EJA desempenha um papel crucial na promoção da alfabetização e no desenvolvimento de habilidades básicas em populações que não tiveram acesso à educação formal durante a infância. Assim, a EJA não deve ser vista somente como uma modalidade educacional, mas também como uma ferramenta importante para promover inclusão social, econômica e cultural.

Nesse sentido, em áreas como Jaciara (MT), onde o acesso à educação formal pode ser limitado, a EJA desempenha um papel essencial na luta contra o analfabetismo e na criação de oportunidades para pessoas de todas as idades, atuando, inclusive, como uma segunda chance para aqueles que, por diversos motivos, não puderam concluir seus estudos na idade apropriada. Essa modalidade permite que os estudantes adquiram habilidades que impactam diretamente suas vidas e a comunidade em que vivem.

Jaciara é um município localizado no sudeste do estado de Mato Grosso, na mesorregião sudeste mato-grossense e microrregião de Rondonópolis, distante cerca de 142 km de Cuiabá e 70 km de Rondonópolis. Ela possui 1.653 km<sup>2</sup> e altitude média de 317 metros. Sua população é estimada em 28.569 habitantes, conforme o Censo Demográfico de 2022, divulgado pelo IBGE, sendo esta a estatística oficial mais recente disponível até o ano de 2025, com densidade demográfica de aproximadamente 17 hab./km<sup>2</sup> (IBGE, 2022).

Figura 1 – Vista aérea de Jaciara (MT)



Fonte: foto de Flávio Andre/MTUR.

Localizada às margens do Vale do Rio São Lourenço, a cidade apresenta clima tropical quente e subúmido, com estação seca prolongada. A economia local é diversificada, destacando-se a agropecuária ( $\approx 35\%$  do PIB), os serviços ( $\approx 31\%$ ), a administração pública ( $\approx 18\%$ ) e a indústria ( $\approx 16\%$ ). Conhecida como Capital dos Esportes Radicais, Jaciara é destaque no estado por belas cachoeiras e atrativos de turismo de aventura (Mato Grosso, 2025).

Como muitas cidades interioranas, Jaciara enfrenta desafios educacionais e econômicos que tornam a inclusão social uma prioridade. Em um contexto em que as oportunidades de emprego e de crescimento profissional são limitadas, a EJA oferece uma alternativa para o desenvolvimento pessoal e coletivo, promovendo não somente a alfabetização, mas também habilidades essenciais para a participação ativa na sociedade.

Assim, em Jaciara (MT), município marcado por desafios econômicos e sociais, a EJA assume um caráter estratégico para mitigar desigualdades históricas e promover a inclusão social e econômica de sua população. Isso faz com que esta pesquisa busque analisar os efeitos dessa modalidade de ensino na alfabetização local, considerando as particularidades regionais e os desafios enfrentados na implementação de políticas públicas voltadas para a gestão educacional.

Nesse contexto, o diálogo com a linha de pesquisa Políticas Públicas e Gestão da Educação permite aprofundar na compreensão de como as dinâmicas locais

interagem com questões estruturais, como a influência do neoliberalismo nas políticas educacionais e a necessidade de formação continuada para os educadores da EJA. Isso porque, a EJA, como modalidade de ensino, é fundamentada em princípios de inclusão e cidadania, permitindo o acesso de jovens e adultos ao direito à educação.

Diante desse contexto, o problema de pesquisa que orientou este estudo consistiu em responder às seguintes questões: quais são as políticas públicas da EJA implementadas no município de Jaciara (MT)? E quais são as suas contribuições para a redução do analfabetismo?

Para atingir tal intento, o objetivo geral delineado foi analisar como as políticas públicas da EJA podem contribuir para redução do analfabetismo no município de Jaciara. Especificamente, buscou-se:

- a) estudar as políticas públicas educacionais em seu aspecto teórico;
- b) avaliar e compreender a EJA no aspecto teórico e normativo;
- c) identificar as ações da EJA implementadas no município de Jaciara (MT);
- d) verificar o analfabetismo existente no município de Jaciara e as ações desenvolvidas no município para detectar a contribuição para a redução do analfabetismo.

No contexto de Jaciara, a EJA assume relevância ao tentar mitigar as desigualdades educacionais historicamente presentes na região, uma vez que reflete sobre a relação entre a gestão educacional e os desafios enfrentados por programas como a EJA em contextos interioranos. Para isso, considera as implicações de políticas públicas e como são implementadas localmente, conforme abordado por Dardot e Laval (2016).

Conforme Dardot e Laval (2016), a influência do neoliberalismo nas políticas públicas educacionais impacta diretamente o financiamento e a implementação de programas como a EJA. Essa lógica mercantilista prioriza indicadores de eficiência econômica em detrimento de objetivos sociais mais amplos, afetando principalmente regiões com recursos limitados, como Jaciara.

Nesse sentido, Valle (2010) também aponta como a globalização e o neoliberalismo moldam políticas públicas, reforçando desigualdades estruturais que afetam o alcance da EJA, cujo contexto é mais evidenciado em municípios de menor porte, como Jaciara, onde os recursos para programas de alfabetização frequentemente são insuficientes.

Assim, esta pesquisa buscou identificar como as especificidades locais influenciam os resultados da EJA, considerando que as particularidades regionais devem ser valorizadas para que as políticas públicas sejam efetivas e atinjam seus objetivos. Diante disso, a formação de professores mostra-se como um ponto crítico para a qualidade da oferta educativa na EJA. Isso porque, conforme sinalizado por André (2010), a qualidade da formação docente é determinante para a implementação de práticas pedagógicas adequadas e para a gestão educacional.

Com isso, o estudo procurou refletir sobre os desafios enfrentados pelos educadores da EJA, que frequentemente lidam com a falta de formação continuada, situação essa que compromete a capacidade desses profissionais de aplicar metodologias adequadas às necessidades dos alunos.

Nesse sentido, Freire (1987) é uma referência fundamental para a pesquisa ao propor uma educação emancipatória, que vai além da alfabetização técnica e promove a conscientização crítica. Essa abordagem enfatiza a necessidade de currículos que integrem os conhecimentos prévios dos alunos, respeitando seus contextos e suas vivências.

Esse enfoque crítico da EJA, inspirado por Freire (1987), possibilitou responder às demandas dos alunos em contextos de vulnerabilidade social, desde que os currículos sejam adaptados às realidades locais, bem como sejam implementadas políticas públicas que garantam o suporte necessário para a sua efetivação. Gadotti (2003) complementa essa visão ao destacar que a integração de saberes culturais nos currículos da EJA fortalece a identidade dos alunos e amplia sua participação na sociedade.

Em consequência, as metodologias pedagógicas aplicadas na EJA também são objeto de análise na pesquisa, buscando aporte em Kenski (2007) e Moran (2004), que discutem sobre a importância de integrar tecnologias educacionais para potencializar o aprendizado e ampliar o alcance dos programas.

Entretanto, a realidade de Jaciara evidencia desafios significativos para a integração de tecnologias educacionais na EJA. A falta de infraestrutura e a desigualdade no acesso à internet são barreiras que limitam o uso dessas ferramentas, reforçando a necessidade de políticas públicas que abordem essas lacunas.

Outro ponto importante debatido se trata do que foi abordado por Sousa (2023) ao discorrer sobre a Agenda 2030 da ONU, que fornece um referencial global para a

implementação de políticas educacionais. Isso porque, ao fomentar essa modalidade de ensino (EJA), pode-se contribuir diretamente para o alcance dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), especialmente nas metas relacionadas à educação de qualidade (ODS4) e à redução das desigualdades (ODS 10).

Assim, a pesquisa procurou ressaltar que a adaptação dos objetivos globais ao contexto local é essencial para o sucesso das ações da EJA, uma vez que, em Jaciara, estratégias que considerem as especificidades socioeconômicas e culturais podem maximizar os efeitos dessa modalidade de ensino na vida dos participantes.

A gestão educacional é outro tema relevante para a linha de pesquisa Políticas Públicas e Gestão da Educação. Em pequenos municípios, como Jaciara, a administração pública enfrenta desafios para estruturar programas que atendam às necessidades da comunidade, principalmente em termos de financiamento e organização.

Isso coaduna com o entendimento de Ribeiro (2008), que destaca a necessidade de considerar as especificidades regionais na formulação de políticas públicas, imprescindíveis para compreender os desafios enfrentados e propor soluções adequadas. Ademais, a pesquisa, ao examinar o papel da gestão escolar na implementação de programas de EJA, verifica os processos de liderança das escolas e ações adotadas para superar barreiras organizacionais e garantir que os programas atendam às demandas da comunidade.

Nesse contexto, os efeitos sociais e econômicos da alfabetização via EJA também são foco do estudo, enquanto se busca compreender como a alfabetização melhora as oportunidades de emprego e promove a integração social dos participantes. Sobre isso, Silva e Santos (2020) mostram que a alfabetização contribui para o fortalecimento da autoestima e da autonomia dos alunos.

Diante disso, a relação entre a EJA e a coesão social é outro aspecto explorado no estudo. A alfabetização pode fortalecer os laços comunitários e promover a participação ativa dos cidadãos em suas comunidades. Oliveira (2010) argumenta que a compreensão das especificidades culturais e sociais dos alunos é essencial para a eficácia da EJA, pois podem garantir que os programas atendam às necessidades reais da comunidade.

Além disso, o diálogo entre a pesquisa de mestrado e a linha de pesquisa Políticas Públicas e Gestão da Educação evidencia a relevância de uma abordagem integrada que articula práticas pedagógicas contextualizadas, políticas públicas

inclusivas e gestão educacional eficiente para promover uma EJA mais efetiva e alinhada às demandas sociais.

Assim, inspirada nas ideias de Paulo Freire (1987), a EJA vai além da mera instrução de leitura e escrita, propondo uma educação libertadora. Freire (1987) argumenta que a alfabetização deve ser um processo de conscientização, em que os indivíduos compreendem sua realidade social e, a partir daí, transformam suas vidas. Em Jaciara, a aplicação de uma pedagogia crítica pode empoderar os estudantes da EJA, permitindo-lhes não somente adquirir habilidades práticas, mas também desenvolver um senso crítico em relação às condições sociais e econômicas de sua comunidade.

Para além de proporcionar benefícios diretos na alfabetização, a EJA tem um efeito positivo na autoestima e na autonomia dos participantes. Nesse sentido, conforme sinalizado por Silva e Santos (2020), os indivíduos alfabetizados por meio da EJA experimentam uma maior valorização de si e uma maior capacidade de participação ativa em suas comunidades. Dessa forma, essa influência torna-se particularmente relevante em Jaciara (MT), onde a EJA pode promover maior coesão social e engajamento cívico, incentivando os alunos a desempenharem papéis mais ativos em suas comunidades.

Ademais, a desigualdade social é uma realidade em muitas regiões do Brasil, e Jaciara não é exceção. Assim, a EJA, ao fornecer educação para aqueles excluídos do sistema educacional formal, contribui para a redução dessas desigualdades. Esse entendimento é corroborado por Gadotti (2003) e Menezes e Oliveira (2019), que destacam, em seus estudos, que a educação é uma das principais ferramentas para a promoção da equidade social, fazendo com que, no nosso caso de estudo, em Jaciara, essa modalidade se apresenta como um caminho viável para a transformação social.

No contexto da EJA, as metodologias participativas são essenciais para o sucesso dos programas de alfabetização. Nesse sentido, Freire (1987) e hooks (1994) enfatizam a importância de uma educação que respeite o conhecimento prévio dos alunos e os envolva ativamente no processo de aprendizagem, demonstrando que essas práticas metodológicas podem ser particularmente eficazes em regiões como Jaciara, onde a diversidade cultural e as experiências de vida dos alunos podem enriquecer o processo educativo.

Além dos benefícios individuais, a alfabetização via EJA tem consequências significativas no desenvolvimento econômico local. Isso porque a aquisição de habilidades básicas, como leitura e escrita, aumenta as oportunidades de emprego e melhora as perspectivas de renda dos participantes, o que, por sua vez, contribui para o fortalecimento da economia local. No entanto, embora a EJA tenha um potencial transformador, a implementação eficaz dessa modalidade enfrenta diversos desafios.

A falta de recursos pedagógicos adequados, a escassez de professores qualificados e as barreiras logísticas são obstáculos que limitam o alcance e a eficácia dos programas de EJA, o que, em Jaciara, torna-se amplificada pelo fato de ser uma cidade de pequeno porte, com recursos educacionais limitados.

Assim, o desenvolvimento da EJA em Jaciara deve estar alinhado às políticas públicas nacionais e locais. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, 1996) e o Plano Nacional de Educação (PNE, 2014) são marcos importantes que garantem o direito à educação para jovens e adultos, de forma que a implementação dessas políticas em contextos locais, como Jaciara, exige uma abordagem adaptativa que considere as necessidades específicas da comunidade.

Nesse sentido, a flexibilidade curricular é uma característica fundamental da EJA, permitindo que os programas se adaptem às realidades locais. Isso significa desenvolver currículos que considerem as particularidades econômicas, sociais e culturais da região, o que, conforme preceituado por Gadotti (2003), é essencial para o sucesso da EJA ao garantir que os conteúdos sejam relevantes e acessíveis aos alunos.

Diante disso, a formação continuada de educadores mostra-se um fator-chave para a eficácia dos programas de EJA, uma vez que contar com professores bem capacitados significa dizer que os profissionais que atuam na rede EJA estarão mais aptos a lidar com os desafios específicos dessa modalidade educacional e a aplicar metodologias que promovam a inclusão e o sucesso dos alunos, sinalizando que o investimento na formação dos educadores da EJA pode ser uma estratégia eficaz para superar as dificuldades locais.

A EJA também contribui para a coesão social e o fortalecimento das comunidades. Ao oferecer uma educação inclusiva, a EJA ajuda a construir uma sociedade mais equitativa, onde todos os cidadãos têm a oportunidade de participar ativamente da vida social e econômica. Freire (1987) destacou que a alfabetização

não é somente o aprendizado de habilidades técnicas, mas um processo de empoderamento.

Dessa forma, este estudo oferece uma contribuição significativa ao campo acadêmico ao investigar a EJA em contextos rurais e de pequenos municípios como Jaciara. A pesquisa permitiu uma compreensão mais profunda das dinâmicas locais que influenciam o sucesso ou fracasso dos programas de alfabetização, destacando a importância de políticas públicas adaptadas às especificidades da região.

Isso porque, ao explorar os efeitos da EJA na alfabetização e na inclusão social, a pesquisa preenche lacunas relevantes na literatura existente, particularmente no que diz respeito à aplicação prática da EJA em pequenas localidades. A análise dos desafios e potencialidades da EJA em Jaciara oferece subsídios para futuras intervenções educacionais, ao mesmo tempo que contribui com dados empíricos que podem ser utilizados para o aperfeiçoamento de políticas educacionais direcionadas a esses contextos específicos.

Ao nível social, os resultados desta pesquisa têm o potencial de influenciar diretamente as práticas educacionais, evidenciando os benefícios tangíveis que a EJA pode trazer para a vida dos participantes. Ao demonstrar que a alfabetização promove não somente o aumento das oportunidades de emprego e renda, mas também a coesão social e o fortalecimento da participação comunitária, o estudo reafirma o papel transformador da EJA na construção de uma sociedade mais justa e equitativa.

Além disso, ao identificar os desafios enfrentados pelos programas de EJA em Jaciara (MT), mostrou-se possível vislumbrar soluções práticas e contextualizadas, oferecendo um espaço para reflexão sobre aspectos voltados à melhoria da eficácia dos programas e à promoção de uma educação inclusiva que atenda às necessidades específicas dos jovens e adultos dessa localidade.

Ainda que a alfabetização de jovens e adultos seja um tema amplamente estudado, percebe-se uma carência de pesquisas focadas em pequenos municípios como Jaciara (MT), destacando a relevância de verificar como se dão as contribuições da formação proporcionada pela EJA na alfabetização e nas condições sociais e econômicas dos indivíduos, uma vez que tal compreensão é necessária para auxiliar na formulação de políticas educacionais mais eficazes e adaptadas às necessidades locais.

A justificativa para este estudo reside na necessidade de compreender os efeitos específicos da EJA em contextos rurais e de pequenos municípios como

Jaciara (MT). Em nível acadêmico, a pesquisa contribuiu ao debater sobre a EJA nesses contextos, buscando identificar lacunas e dados empíricos sobre as contribuições específicas da EJA na cidade. Ao nível social, a pesquisa demonstrou os benefícios tangíveis da EJA na vida dos participantes, como a melhoria nas oportunidades de emprego, coesão social e participação comunitária, promovendo uma sociedade mais inclusiva e equitativa.

## 1.1 Metodologia

Este tópico apresenta a metodologia adotada na pesquisa, detalhando os procedimentos e estratégias utilizados para alcançar os objetivos propostos. A pesquisa seguiu uma abordagem qualitativa, de caráter bibliográfico e baseada em análise documental, permitindo a construção de um estudo aprofundado sobre a EJA, políticas públicas e sua relação com a formação humana e profissional.

### 1.1.1 Abordagem da pesquisa

A pesquisa adotou a abordagem qualitativa ao buscar compreender os fenômenos educacionais de maneira interpretativa e contextualizada. Segundo Minayo (2012), a pesquisa qualitativa permite uma análise aprofundada dos significados atribuídos pelos sujeitos e instituições aos processos educativos, possibilitando uma reflexão crítica sobre as políticas e práticas da EJA.

Diferentemente das abordagens quantitativas, que privilegiam a mensuração de dados estatísticos, a pesquisa qualitativa se concentra na análise subjetiva e na interpretação das informações coletadas, possibilitando um olhar mais abrangente sobre os desafios e potencialidades da EJA na formação humana e profissional.

### 1.1.2 Tipo de pesquisa

A presente pesquisa é bibliográfica e documental, fundamentando-se em materiais acadêmicos, normativos e institucionais que abordam a EJA e sua relação com a formação dos sujeitos. Conforme Gil (2022), a pesquisa bibliográfica consiste na revisão sistemática de literatura já publicada, permitindo ao pesquisador

compreender o estado da arte sobre o tema e identificar lacunas que possam ser exploradas.

Dessa forma, foram analisados livros, artigos científicos, dissertações, teses e relatórios institucionais que tratam da EJA no Brasil e em Mato Grosso, delimitando a busca para as publicações entre os anos de 2000 e 2025.

Já a análise documental visou examinar documentos oficiais, leis, decretos, diretrizes curriculares e planos educacionais que regulamentam e estruturam a EJA. Segundo Cellard (2012), a análise documental permite compreender as políticas públicas e a evolução histórica de determinado fenômeno por meio da interpretação de documentos normativos e institucionais.

Assim, a pesquisa examinou documentos, como a LDB/1996, o PNE 2014–2024, a Resolução CEE/MT n.º 003/2019, o Decreto nº 1.123/2008, além de legislações mais recentes, como o Decreto n.º 12.048/2024, que institui o Pacto Nacional pela Superação do Analfabetismo.

### 1.1.3 Procedimentos metodológicos

Para garantir a consistência da pesquisa, foram adotadas as seguintes etapas metodológicas:

- 1) Levantamento bibliográfico, após a realização do estado do conhecimento, por meio de uma busca sistemática em bases de dados acadêmicas, como SciELO, CAPES Periódicos, Google Acadêmico e repositórios institucionais, a fim de identificar estudos relevantes sobre a EJA e sua articulação com a formação humana e profissional.

- 2) Seleção de documentos para fins de análise, tais como normativas educacionais, políticas públicas e relatórios de organismos nacionais e internacionais que tratam da EJA, com ênfase nos documentos que regulamentam sua oferta e articulam sua relação com o mundo do trabalho.

- 3) Análise e interpretação dos dados bibliográficos e documentais, que seguiu uma abordagem interpretativa, baseada em categorias de análise relacionadas aos objetivos da pesquisa, tais como: EJA e inclusão social, EJA e qualificação profissional, políticas públicas para a EJA, formação docente e desafios da permanência escolar.

#### 1.1.4 Critérios de análise

A análise dos dados coletados baseou-se em uma abordagem crítico-reflexiva, buscando compreender como a EJA tem sido estruturada no Brasil e quais são suas contribuições na formação dos sujeitos. Para isso, considerou-se: a coerência entre os documentos analisados e as diretrizes educacionais nacionais e internacionais; a relevância dos estudos selecionados em relação à temática da pesquisa; a identificação de desafios e avanços na implementação das políticas de EJA e a relação entre a formação na EJA e as oportunidades profissionais para os educandos.

Segundo Bardin (2019), a análise qualitativa permite identificar padrões, inferências e relações que não são facilmente captadas por abordagens quantitativas, justificando sua escolha para o presente estudo. Dessa forma, a metodologia adotada possibilitou uma análise da EJA, considerando sua trajetória histórica, seus desafios e suas perspectivas futuras.

A opção pela abordagem qualitativa, aliada à pesquisa bibliográfica e documental, permite compreender os avanços e obstáculos enfrentados pela EJA no Brasil, especialmente no estado de Mato Grosso.

#### 1.2 Estrutura da dissertação

No que se refere à organização desta dissertação, este Capítulo 1 apresenta a introdução, contextualizando a trajetória da pesquisadora, a delimitação do problema, os objetivos do estudo, a justificativa, os aspectos metodológicos e a estrutura definida para esta dissertação.

Já o Capítulo 2 trata do estado do conhecimento sobre as políticas públicas voltadas à Educação de Jovens e Adultos (EJA), apresentando um panorama das principais discussões e produções acadêmicas que abordam essa modalidade educacional. Também analisa como os estudos existentes contribuem para compreender as finalidades, os limites e as possibilidades da EJA no contexto brasileiro, sobretudo em sua interface com a inclusão social, o combate ao analfabetismo e a promoção da cidadania. Essa revisão crítica da literatura permite delimitar o campo teórico da pesquisa e fundamentar a análise das ações desenvolvidas no município de Jaciara.

O Capítulo 3 é dedicado à análise das políticas públicas voltadas à Educação de Jovens e Adultos (EJA), com enfoque nas legislações e diretrizes que orientam essa modalidade educacional nos âmbitos nacional, estadual e municipal. O capítulo aborda os marcos normativos que estruturam a EJA, destacando os instrumentos legais que fundamentam sua implementação e os desafios enfrentados na concretização dessas políticas, especialmente no contexto do município de Jaciara (MT). Contempla, ainda, as abordagens conceituais e históricas sobre a EJA, destacando os marcos legais, as diretrizes curriculares, os desafios estruturais e as implicações sociais dessa política educacional.

A análise busca compreender como essas políticas têm sido formuladas, aplicadas e articuladas, evidenciando seus limites e possibilidades frente às demandas sociais e educacionais da população jovem e adulta.

O Capítulo 4 apresenta algumas das ações desenvolvidas pela Educação de Jovens e Adultos (EJA) no município de Jaciara (MT), analisando suas contribuições para a alfabetização e a inclusão social dos educandos. Com base nos dados documentais, contextuais e institucionais, o capítulo examina a implementação local da EJA, os principais desafios enfrentados, bem como os avanços observados. Essa análise busca evidenciar como as políticas públicas são traduzidas em práticas educacionais concretas, considerando as especificidades regionais e as condições estruturais do município.

Por fim, as considerações finais sintetizam os principais achados da pesquisa, indicando possibilidades de aprofundamento e encaminhamentos futuros para a política educacional voltada à alfabetização de jovens e adultos.

## **2 O ESTADO DO CONHECIMENTO**

O estado do conhecimento é uma abordagem metodológica que visa mapear e analisar a produção científica em um determinado campo do saber, permitindo a identificação de tendências, lacunas e avanços nas pesquisas. Segundo Ferreira (2002), essa estratégia possibilita um olhar panorâmico sobre os estudos já realizados, contribuindo para a sistematização do conhecimento acumulado e para a formulação de novos questionamentos científicos.

Romanowski e Ens (2006) enfatizam que o estado do conhecimento não se restringe a uma revisão bibliográfica tradicional, pois sua finalidade vai além da simples organização de referências, envolvendo uma análise crítica das produções existentes e a identificação de demandas emergentes para futuras investigações.

De acordo com Souza e Nascimento (2010), o estado do conhecimento se estrutura a partir da seleção criteriosa de publicações, que podem incluir dissertações, teses, artigos científicos e documentos oficiais. A sistematização dessas produções permite observar como determinados temas vêm sendo abordados ao longo do tempo, destacando abordagens metodológicas predominantes, categorias analíticas recorrentes e lacunas que ainda precisam ser exploradas.

Nessa perspectiva, é um procedimento essencial para embasar pesquisas acadêmicas, garantindo que novos estudos se apoiem em um referencial teórico atualizado e bem fundamentado. No contexto da EJA, o estado do conhecimento se torna ainda mais relevante, pois essa modalidade de ensino apresenta desafios específicos relacionados à política pública, à formação docente e às metodologias pedagógicas adotadas.

A política pública de alfabetização de jovens e adultos tem sido amplamente documentada na literatura acadêmica, com pesquisas que analisam sua influência na redução do analfabetismo, na ampliação das oportunidades de trabalho e na promoção da inclusão social (Di Pierro, 2015; Gadotti, 2003). Além disso, a EJA é um campo que frequentemente requer atualização teórica e metodológica, considerando as transformações sociais e econômicas que impactam seus estudantes, muitos dos quais enfrentam múltiplas vulnerabilidades, como indicado por Arroyo (2005).

Estudos como os de Pinto e Melo (2020) indicam que a EJA desempenha um papel fundamental na oferta de uma segunda oportunidade educacional para pessoas que não concluíram seus estudos na idade regular. No entanto, apesar da vasta produção acadêmica sobre políticas públicas para a EJA em nível nacional, verifica-se uma carência de pesquisas voltadas para pequenos municípios, como Jaciara (MT).

Essa lacuna destaca a necessidade de investigações que aprofundem a realidade local e os desafios enfrentados por essas comunidades. Segundo Ribeiro (2008), políticas educacionais voltadas para pequenos municípios frequentemente não consideram as especificidades regionais, resultando em programas pouco eficazes. Dessa forma, esta pesquisa busca contribuir para a compreensão desse

cenário, analisando como as políticas públicas de alfabetização de jovens e adultos são implementadas no município e quais são suas contribuições diretas e indiretas na população.

A política pública de alfabetização de jovens e adultos é um campo de estudo bem documentado, com pesquisas que exploram suas implicações sociais, econômicas e culturais. Nesse sentido, conforme sinalizado por Pinto e Melo (2020), estudos anteriores indicam que a EJA contribui significativamente para a redução do analfabetismo e a melhoria das oportunidades de emprego, porém há uma carência de estudos focados especificamente em pequenos municípios, o que evidencia a necessidade de investigações locais que considerem as especificidades regionais e os desafios enfrentados por essas comunidades.

Com o objetivo de verificar essa lacuna na produção científica, realizou-se uma busca sistemática nos bancos de dados da CAPES, utilizando os descritores “políticas públicas” e “educação de jovens e adultos”, de forma individual e combinada, incluindo também o município de interesse, Jaciara, e a temática da redução do analfabetismo. Delimitou-se o período entre os anos de 2010 e 2025 e a busca por dissertações e teses. Os resultados obtidos foram os seguintes:

**1) Políticas públicas**

Dissertações: 8

Teses: 3

**2) Educação de Jovens e Adultos ou EJA**

Dissertações: 12

Teses: 3

**3) Políticas públicas e EJA**

Dissertações: 1

Teses: 0

**4) Políticas públicas, EJA e Jaciara**

Nenhuma pesquisa foi encontrada.

**5) Políticas públicas, EJA e Jaciara, redução do analfabetismo**

Dissertações: 1

Teses: 0

Somente uma dissertação foi identificada com recorte temático parcialmente semelhante, porém voltada a municípios da região metropolitana de Curitiba, como apresentado no Quadro 1.

Quadro 1 – Levantamento de dissertações e teses sobre políticas públicas e EJA

| Ano  | Autores          | Título                                                                                                                                                      | Resumo                                                                                                                                                                                                      |
|------|------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| 2024 | Merlin, M. A. R. | Educação de jovens e adultos em municípios da região metropolitana de Curitiba: estudo a partir do plano nacional de educação 2014/2024 e planos municipais | A pesquisa analisa a EJA no contexto do PNE (2014–2024) e nos Planos Municipais de Educação da região metropolitana de Curitiba, focando em Araucária e Tijucas do Sul, e as práticas pedagógicas adotadas. |

Fonte: elaborado pela pesquisadora (2025).

Diante do exposto, constatou-se uma lacuna significativa de investigações que articulem, diretamente, as políticas públicas, a EJA, o município de Jaciara (MT) e a redução do analfabetismo. Assim, em virtude dessa escassez, ampliou-se o levantamento bibliográfico para incluir artigos científicos e capítulos de livros que abordassem a EJA e as políticas públicas educacionais ao nível nacional.

Foram considerados, para tanto, trabalhos que apresentassem discussões conceitualmente relevantes para o contexto investigado e que contribuíssem para a compreensão do papel da EJA na superação do analfabetismo, especialmente em realidades semelhantes à de Jaciara.

Os resultados encontrados foram sistematizados da seguinte forma:

**1) Políticas públicas**

Artigos: 7

Capítulos: 0

**2) Educação de Jovens e Adultos ou EJA**

Artigos: 9

Capítulos: 0

**3) Políticas públicas e EJA**

Artigos: 7  
Capítulos: 0

#### **4) Políticas públicas, EJA e Jaciara**

Artigos: 0  
Capítulos: 0

#### **5) Políticas públicas, EJA e Jaciara com foco na redução do analfabetismo**

Artigos: 0  
Capítulos: 0

Observa-se, portanto, que não foram localizados capítulos de livros no período investigado que atendessem aos critérios definidos. Os artigos encontrados, no entanto, revelam discussões relevantes para a compreensão dos desafios da EJA no cenário nacional e regional, conforme detalhado no Quadro 2.

Quadro 2 – Levantamento de artigos e capítulos de livros sobre políticas públicas e EJA

| Ano  | Autores                          | Título                                                                                                                | Resumo                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                            |
|------|----------------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| 2015 | Di Pierro, M. C.                 | Educação de Jovens e Adultos: contribuições de artigos em periódicos brasileiros indexados na base SciELO (2010–2014) | Este trabalho apresenta uma pesquisa bibliográfica sobre temas, abordagens e proposições de 79 artigos referentes à EJA disponíveis em periódicos brasileiros indexados na base SciELO entre 2010 e 2014. O estudo identifica contribuições para o debate e lacunas existentes, visando vislumbrar demandas e perspectivas para o futuro próximo. |
| 2016 | Silva, L. E. H.;<br>Silva, C. C. | Produção Acadêmica sobre Financiamento da Educação de Jovens e Adultos (2000–2018)                                    | Este trabalho investiga a produção acadêmica sobre o financiamento da EJA a partir de anais das reuniões científicas nacionais da Anped e artigos científicos disponíveis na biblioteca virtual SciELO, no período entre 2000 e 2018. O estudo analisa como as discussões sobre financiamento da EJA são compreendidas na produção acadêmica.     |

| Ano  | Autores                                            | Título                                                                                                                                 | Resumo                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                          |
|------|----------------------------------------------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| 2017 | Lima, M. S.;<br>Sousa, L. Q.                       | Educação de Jovens e Adultos no Brasil: aspectos históricos, dilemas atuais                                                            | Este artigo analisa a EJA no Brasil, abordando seus aspectos históricos, dados estatísticos, a formação atual do educador de EJA, o perfil do aluno típico e os desafios de manter um nível adequado de aproveitamento. O estudo destaca a importância de contextualizar a educação para atender às necessidades específicas dos alunos da EJA. |
| 2018 | Cruz, A. C. S.                                     | Avaliação e prática pedagógica na EJA                                                                                                  | Este artigo discute a importância do processo avaliativo na educação de jovens e adultos. A pesquisa bibliográfica visa contribuir com uma análise realista do quadro da EJA no Brasil, evidenciando a necessidade de uma avaliação que promova a construção do conhecimento, e não apenas a qualificação para o mercado de trabalho.           |
| 2018 | Assis, C.                                          | Avaliação da aprendizagem na Educação de Jovens e Adultos: análise qualitativa das produções científicas brasileiras entre 2016 a 2021 | Este artigo analisa qualitativa e quantitativamente pesquisas empíricas sobre o processo avaliativo na EJA no Brasil, no período de 2016 a 2021. Os resultados mostram que as práticas avaliativas na EJA tendem a respeitar a especificidade dos alunos, focando em uma perspectiva formativa.                                                 |
| 2019 | Mota, A. S. S.                                     | Os desafios e possibilidades da Educação de Jovens e Adultos (EJA): uma reflexão sobre a formação do educador                          | Este estudo analisa os desafios e possibilidades da EJA, promovendo uma reflexão sobre a formação dos educadores nesse contexto. A pesquisa destaca a necessidade de programas educacionais de qualidade e a importância da formação contínua dos professores para atender às demandas específicas da EJA.                                      |
| 2024 | Colares de Bitencourt, V.; da Cruz, L.; Wagner, F. | Educação de Jovens e Adultos e a Meta 9 do PNE (2014-2024): grupos vulneráveis esquecidos no Brasil                                    | Este estudo busca compreender como a revisão das estratégias educacionais para a EJA, focando em grupos vulneráveis como pessoas encarceradas e adultos mais velhos, pode contribuir para reduzir o analfabetismo,                                                                                                                              |

| Ano  | Autores                                                                                             | Título                                                                                                                        | Resumo                                                                                                                                                                                                                                   |
|------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
|      |                                                                                                     |                                                                                                                               | dado o insucesso previsto da Meta 9 do PNE (2014–2024).                                                                                                                                                                                  |
| 2024 | Oliveira, C. P.;<br>Cadoná, E.                                                                      | Apontamentos sobre a EJA no PNE (2014-2024) e no PME de Salvador (2016-2026)                                                  | O artigo propõe discussões sobre a educação de jovens, adultos e idosos no Plano Nacional de Educação (2014–2024) e no Plano Municipal de Educação de Salvador (2016–2026), analisando as políticas educacionais e seus impactos na EJA. |
| 2024 | Batista, M. C. S.;<br>Miranda, M. A.;<br>Sousa, C. C. B. B.;<br>Sousa, J. B. B.;<br>Rocha, M. M. V. | Educação de Jovens e Adultos: a dicotomia entre a ausência de políticas públicas e a importância para mitigar o analfabetismo | Esta pesquisa discute aspectos da EJA no contexto da educação básica pública, destacando a carência de políticas que permitam cumprir a função social de letrar parte da população considerada analfabeta e analfabeta funcional.        |

Fonte: elaborado pela pesquisadora (2025).

Os artigos localizados, embora não contemplem diretamente o município de Jaciara, apresentam análises conceitualmente relevantes, que contribuem para a compreensão dos desafios da EJA e das políticas públicas educacionais no Brasil. As contribuições teóricas desses trabalhos são destacadas ao longo do texto e apresentadas a seguir.

Os trabalhos de Di Pierro (2015) e Silva e Silva (2016) destacam lacunas significativas no financiamento e nas práticas educacionais relacionadas à EJA, sugerindo que políticas públicas mais efetivas poderiam ampliar os efeitos positivos dessa modalidade de ensino. Esses autores corroboram a visão de Ribeiro (2008) ao enfatizar a necessidade de maior atenção aos pequenos municípios, onde os programas de alfabetização enfrentam limitações estruturais e financeiras.

Contudo, de acordo com o sinalizado por Oliveira e Cadoná (2024), ao analisarem criticamente o alinhamento entre o Plano Nacional de Educação (2014–2024) e o Plano Municipal de Educação de Salvador (2016–2026), ainda existem metas pouco articuladas com a realidade dos territórios e fragilidade nos instrumentos de monitoramento, o que dificulta avanços estruturais na EJA.

Além disso, o estudo de Mota (2019) reforça a relevância da formação contínua dos educadores para atender às demandas específicas da EJA, uma questão

amplamente discutida por Freire (1987) como central para um processo educacional libertador.

A esse respeito, Lima e Sousa (2017) também reforçam que a superação dos desafios da EJA passa necessariamente por compreender as condições concretas dos educandos, sua trajetória de vida e as barreiras culturais que enfrentam para permanecerem nos processos escolares.

Colares de Bitencourt, da Cruz e Wagner (2024) corroboram essa perspectiva ao analisarem a Meta 9 do Plano Nacional de Educação (2014–2024), demonstrando que a falta de estratégias específicas para grupos vulneráveis — como adultos mais velhos e pessoas em situação de privação de liberdade — contribui para o insucesso na redução do analfabetismo.

A literatura existente sobre a EJA também evidencia a diversidade de métodos pedagógicos aplicados em diferentes contextos, variando desde abordagens tradicionais até técnicas mais inovadoras e interativas. Pesquisadores como Freire (1987) destacam a importância de metodologias participativas e críticas que valorizam o conhecimento prévio dos alunos e incentivam o pensamento crítico. Menezes e Oliveira (2019) apontam para a necessidade de adaptar os programas de EJA às especificidades culturais e sociais das comunidades atendidas, reforçando a importância de um currículo flexível e contextualizado.

Nesse contexto, o trabalho de Cruz (2018) explora o papel da avaliação como elemento transformador, alinhando-se às ideias de Freire (1987) sobre a necessidade de práticas pedagógicas que promovam a emancipação dos alunos. De forma complementar, Assis (2018) evidencia que a adoção de uma perspectiva formativa nas avaliações pode aumentar a eficácia dos programas de EJA ao respeitar as especificidades dos alunos, dialogando com Morin (2012), que defende a integração de métodos que considerem a complexidade do processo educativo.

Além disso, há uma crescente atenção para os efeitos psicossociais da alfabetização na vida dos adultos. A alfabetização via EJA não apenas melhora as habilidades de leitura e escrita, mas também contribui para o aumento da autoestima, autonomia e capacidade de participação ativa na sociedade.

O estudo de Lima e Sousa (2017) complementa essa discussão ao analisar os dilemas históricos da EJA no Brasil, destacando o perfil dos alunos e os desafios enfrentados pelos educadores para atender às necessidades psicossociais desses indivíduos. Esse panorama reforça as ideias de Gadotti (2003) sobre a importância de

um currículo que respeite as realidades culturais e sociais dos alunos, facilitando o engajamento e a inclusão social.

Silva e Santos (2020) mostram que os beneficiários dos programas de EJA muitas vezes relatam uma melhoria na qualidade de vida e um maior envolvimento nas atividades comunitárias. Considerando essas constatações, esta pesquisa se aprofundou na análise desses efeitos no contexto específico do município de Jaciara (MT), com base em um levantamento sistemático da produção científica sobre políticas públicas e EJA entre os anos de 2010 e 2025.

Ao examinar os estudos identificados, buscou oferecer subsídios concretos para a formulação de políticas educacionais mais eficazes e inclusivas, especialmente voltadas à superação do analfabetismo em municípios de pequeno porte. Além disso, visou identificar e sistematizar as contribuições teóricas e empíricas já existentes, destacando as lacunas do campo que ainda carecem de aprofundamento e que justificam a relevância desta proposta investigativa.

### **3 POLÍTICAS PÚBLICAS**

As políticas públicas são compreendidas como o conjunto de ações, diretrizes e decisões tomadas pelo Estado, em seus diversos níveis, com vistas à promoção do bem-estar coletivo, à garantia de direitos fundamentais e à redução das desigualdades sociais (Buarque, 1999). Elas envolvem um processo contínuo de formulação, implementação, monitoramento e avaliação, sendo fortemente influenciadas por disputas políticas, interesses sociais, recursos disponíveis e contextos históricos.

Segundo Souza (2006), políticas públicas constituem-se como processos dinâmicos e interativos que articulam diferentes atores, Estado, sociedade civil, setor privado e organismos internacionais na definição de prioridades e estratégias de intervenção.

Essas políticas assumem uma dimensão estratégica nas sociedades contemporâneas, pois refletem decisões que afetam diretamente a vida da população e a construção de modelos de desenvolvimento. Nesse sentido, são mais do que um conjunto de programas governamentais, representam escolhas políticas, valores ideológicos e visões de mundo sobre a organização da vida social. Diante disso, política pública será tudo aquilo que os governos escolhem fazer ou não fazer,

incluindo, assim, tanto as ações realizadas quanto as omissões deliberadas (Draibe, 2001).

No campo das políticas sociais, destaca-se o papel das políticas públicas como instrumento de enfrentamento das desigualdades históricas e estruturais, em especial no que se refere aos direitos sociais, como saúde, moradia, assistência social e educação. Tais políticas operam como mecanismos institucionais que visam garantir o acesso da população a condições dignas de vida, atuando sobre as disparidades regionais, de classe, raça, gênero e geração.

As políticas públicas educacionais, nesse contexto, configuram-se como um dos pilares fundamentais para a construção de sociedades mais democráticas, justas e equitativas. Segundo Gragnolati *et al.* (2011), essas políticas são essenciais não somente para assegurar o acesso à escola, mas também para garantir a permanência, a qualidade da aprendizagem e a valorização da diversidade sociocultural dos sujeitos. A educação, enquanto direito social e dever do Estado, é reconhecida como motor do desenvolvimento humano e da cidadania plena.

Compreender a lógica de formulação e implementação das políticas educacionais exige, portanto, atenção às suas dimensões legais, administrativas, pedagógicas e políticas. Como enfatiza Cury (2002), tais políticas expressam concepções sobre o papel da educação na sociedade, refletindo tensões entre o ideal de universalização do direito à educação e as limitações concretas impostas pelas condições materiais e institucionais de cada contexto.

Dessa forma, analisar as políticas públicas voltadas à EJA implica reconhecer que essa modalidade educacional tem sido historicamente marcada por avanços e retrocessos, muitas vezes relegada a um segundo plano nas agendas governamentais. Ainda que reconhecida em documentos oficiais como uma estratégia fundamental para a superação do analfabetismo e para a promoção da equidade, a EJA enfrenta desafios significativos relacionados ao financiamento, à gestão, à formação docente e ao reconhecimento social.

A investigação sobre essas políticas, especialmente em municípios de pequeno porte como Jaciara (MT), torna-se, assim, fundamental para a construção de caminhos mais efetivos e contextualizados de inclusão educacional.

### **3.1 Políticas públicas educacionais**

As políticas públicas educacionais consistem em um campo de ação estatal que visa garantir o direito à educação como um bem público, influenciado por disputas sociais, interesses econômicos e lógicas institucionais (Draibe, 2001; Buarque, 1999). Essas políticas são operacionalizadas por meio de programas, metas, recursos e normas, e seu sucesso depende da articulação entre os diferentes entes federativos e da participação social.

Assim, políticas públicas educacionais são conjuntos de diretrizes, planos e programas formulados pelo Estado visando garantir o direito à educação, conforme previsto na Constituição Federal de 1988 (Brasil, 1988). Segundo Cury (2010), essas políticas visam não somente ampliar o acesso à educação, mas também assegurar a permanência e a qualidade do ensino em todos os níveis.

Para Cury (2010), a educação deve ser entendida como um direito subjetivo, implicando a necessidade de mecanismos de regulação que garantam a equidade na oferta educacional. Ele também destaca que a formulação dessas políticas deve considerar a diversidade regional e sociocultural do Brasil, evitando soluções homogêneas que possam gerar desigualdades no acesso e na permanência dos estudantes na escola.

Nesse contexto, as políticas educacionais também desempenham um papel crucial na promoção da justiça social ao possibilitarem a inclusão de grupos historicamente marginalizados, como comunidades indígenas, quilombolas e populações em situação de vulnerabilidade socioeconômica.

Além disso, elas influenciam diretamente a valorização dos profissionais da educação, estabelecendo diretrizes para formação continuada, condições de trabalho e remuneração adequada. Assim, ao garantir o direito à educação, essas políticas contribuem para a formação de uma sociedade mais equitativa e democrática.

Dessa forma, sua estruturação envolve diferentes esferas governamentais, desde o Ministério da Educação até gestões municipais e estaduais, garantindo que a educação seja um instrumento de inclusão social e de promoção da cidadania (Saviani, 2018). O autor ressalta que a história das políticas educacionais brasileiras tem sido marcada por disputas entre concepções liberais e progressistas, refletindo diretamente nas ações governamentais (Saviani, 2018). Ele argumenta que as políticas educacionais devem ser analisadas sob a perspectiva histórica para que se compreendam os avanços e os retrocessos nas iniciativas do Estado.

Diante dessa perspectiva, vale destacar que a implementação dessas políticas não ocorre de maneira uniforme em todo o país. Regiões com maior infraestrutura educacional tendem a apresentar melhores índices de qualidade de ensino, enquanto locais com recursos limitados enfrentam dificuldades para implementar as diretrizes nacionais. Isso evidencia a necessidade de políticas educacionais mais ajustadas às particularidades regionais, que considerem fatores como acesso à tecnologia, condições socioeconômicas da população e desafios logísticos enfrentados por escolas situadas em áreas remotas.

Nesse sentido, Gewirtz e Ball (2011) examinam as mudanças nas políticas de gestão escolar, destacando a transição do modelo de Bem-Estar Social para o Novo Gerencialismo (NG). Segundo eles, no modelo de Bem-Estar Social, a gestão escolar focava no bem-estar coletivo e na igualdade social, tratando a educação como um direito social e promovendo a inclusão e a equidade.

Com o NG, inspirado por práticas do setor privado, a educação passou a ser gerida eficientemente, com foco em resultados mensuráveis, desempenho e competição entre as escolas (Gewirtz; Ball, 2011). Assim, eles apontam que as escolas começaram a adotar práticas de gestão orientadas por resultados, como rankings de desempenho e metas de aprendizagem baseadas em testes padronizados, como o ENEM, gerando pressão sobre as escolas para atender às demandas do mercado.

Esse modelo de gestão empresarial na educação tem sido alvo de debates, pois, enquanto alguns argumentam que a mensuração de desempenho aumenta a transparência e a responsabilidade das instituições, outros apontam que essa lógica pode resultar na precarização do ensino. Ao priorizar indicadores quantitativos, há o risco de reduzir a aprendizagem a metas estatísticas, desconsiderando aspectos fundamentais do desenvolvimento humano, como criatividade, pensamento crítico e formação cidadã.

O NG também trouxe práticas de gestão empresarial, com ênfase na eficiência e na prestação de contas, mudando a relação entre professores, alunos e gestores (Gewirtz; Ball, 2011). A ideia de autonomia escolar, segundo os autores, foi promovida, mas muitas vezes sem o suporte adequado. O foco se deslocou do desenvolvimento integral dos estudantes para a obtenção de melhores resultados acadêmicos, com as escolas mais bem avaliadas atraindo mais alunos e recursos (Gewirtz; Ball, 2011).

Diante desse contexto, os autores sinalizam não só como a transição transformou a gestão escolar, priorizando resultados e desempenho, com ênfase na competição e na eficiência, como alterou profundamente a forma como a educação é administrada e compreendida, que passou a dar mais importância aos aspectos mercadológicos, em detrimento de valores como igualdade e inclusão social (Gewirtz; Ball, 2011).

Ademais, a ênfase em avaliações de desempenho influencia diretamente as condições de trabalho dos professores, que muitas vezes são pressionados a garantir altos índices de aprovação, sem que haja investimentos adequados na infraestrutura escolar e na formação pedagógica. Isso pode levar à desmotivação e ao adoecimento docente, cujos fatores impactam negativamente a qualidade da educação.

Já Costa (2019) fez uma análise crítica das transformações mais recentes no setor educacional brasileiro, com foco nas influências da Nova Gestão Pública (NGP), das contrarreformas e das Parcerias Público-Privadas (PPPs). A autora busca compreender como essas mudanças impactam a gestão da educação e as políticas públicas, trazendo implicações para a qualidade e a democratização do ensino no país.

A NGP, uma abordagem de gestão inspirada nos métodos do setor privado, foi implementada no Brasil com o objetivo de aumentar a eficiência administrativa, com ênfase em resultados e indicadores de desempenho. Essa abordagem, segundo Costa (2019), reflete-se em práticas como a avaliação sistemática das escolas e a introdução de métodos de gestão corporativa nas instituições de ensino. Exemplos disso são a implementação de metas de desempenho para escolas e professores, a adoção de processos de gestão mais centralizados e a busca por resultados que se alinhem a parâmetros de eficiência econômica.

Essa tendência de managerialismo educacional<sup>1</sup>, conforme apontam Azevedo e Aguiar (2015), desloca o foco do processo educativo do desenvolvimento humano integral para o alcance de metas institucionais, muitas vezes descoladas da realidade socioeducacional dos alunos.

---

<sup>1</sup> Refere-se à adoção de práticas, lógicas e estruturas de gestão típicas do setor privado no âmbito da administração pública educacional. Essa abordagem enfatiza eficiência, controle de resultados, metas de desempenho e responsabilização, muitas vezes em detrimento de princípios como equidade, participação democrática e valorização das especificidades pedagógicas. O termo está associado à Nova Gestão Pública (NGP) e é objeto de críticas por promover a mercantilização da educação e desconsiderar os contextos sociais e culturais dos sujeitos educacionais (Ball, 2005; Azevedo; Aguiar, 2015).

Além disso, Costa (2019) discute as contrarreformas educacionais que ocorreram no Brasil nas últimas décadas, que incluem a diminuição do investimento público em educação e a ampliação das parcerias com o setor privado. Essas PPPs têm sido vistas como uma solução para problemas de financiamento e gestão, mas a autora alerta para o risco de que elas possam resultar em desigualdades, já que o setor privado tende a priorizar áreas que são mais rentáveis, deixando de lado as necessidades das populações mais vulneráveis (Costa, 2019).

A autora aponta, a título de exemplo, que as PPPs na educação podem se manifestar em contratos para construção e administração de escolas por empresas privadas ou na implementação de programas educacionais privados em escolas públicas. Esses arranjos podem levar à privatização parcial ou total da gestão educacional, o que, na visão de Costa (2019), comprometeria os princípios de universalidade e equidade, que deveriam orientar a educação pública.

Costa (2019) também identifica que essas tendências não surgem isoladamente, mas estão alinhadas a um contexto global de reforma do Estado e de implementação de políticas neoliberais. No Brasil, essas reformas refletem uma ideologia que valoriza a eficiência e a competição, muitas vezes à custa de uma abordagem mais democrática e inclusiva da educação.

Nesse sentido, Verhine (2010) ressalta que, embora possam promover certa eficiência administrativa, as PPPs não substituem a responsabilidade do Estado pela oferta de uma educação pública de qualidade, e seu uso deve ser submetido a rigoroso controle social.

Complementarmente a esse entendimento, destaque-se o discutido no filme *Má Educação* (2020), dirigido por Cory Finley, baseado em histórias reais, que narra o escândalo de fraude financeira envolvendo um esquema de desvio de fundos da escola pública da cidade de Roslyn, Nova York, nos anos 2000. O filme mostra como o superintendente, inicialmente visto como um líder admirado e inovador, manipulava e falsificava documentos financeiros para roubar milhões de dólares destinados à educação dos alunos.

Sua relação com a imprensa e a comunidade, inicialmente positiva, começou a se desintegrar quando uma estudante começou a investigar e expor as irregularidades. O enredo destaca a dualidade do personagem de superintendente, que tenta manter uma imagem pública impecável enquanto esconde sua verdadeira

natureza e motivação. *Má Educação* (2020) aborda temas como a corrupção no sistema educacional, o abuso de poder e a manipulação de informações.

A história também explora a vulnerabilidade das instituições educacionais, que são dependentes de fundos públicos e sujeitas à exploração de indivíduos com intenções egoístas, oferecendo um espaço para uma reflexão crítica sobre as falhas no sistema educacional e a ética no manejo de recursos públicos.

Nesse sentido, a narrativa apresentada no filme *Má Educação* (2020) reforça a preocupação central trazida por Costa (2019) ao evidenciar como a busca por eficiência administrativa e resultados financeiros pode abrir brechas para práticas corruptas e desvio de verbas destinadas à educação pública. O caso retratado ilustra como a falta de mecanismos de fiscalização e transparência na gestão escolar pode comprometer diretamente a qualidade do ensino e a equidade na distribuição dos recursos.

Assim como no escândalo ocorrido em Roslyn, a implementação de PPPs e a crescente privatização da gestão educacional podem gerar um ambiente onde interesses econômicos se sobrepõem ao compromisso com a universalidade e gratuidade do ensino. Dessa forma, a vinculação entre o modelo de administração escolar baseado em metas e eficiência fiscal e os riscos de má gestão financeira torna-se um alerta fundamental para a necessidade de políticas públicas que garantam não somente a boa governança, mas também o controle social e a participação da comunidade na definição das diretrizes educacionais.

A ampliação das parcerias entre o setor público e o setor privado tem gerado questionamentos quanto à sustentabilidade do financiamento educacional e ao comprometimento do princípio da gratuidade. Se, por um lado, tais medidas podem contribuir para maior eficiência na alocação de recursos, por outro, há receios de que possam resultar na mercantilização da educação, tornando-a um privilégio restrito àqueles que podem pagar por serviços complementares.

Mais recentemente, Dourado (2021) traz uma contribuição atualizada sobre o tema, discutindo a necessidade de uma maior articulação entre políticas educacionais e financiamento da educação. Segundo ele, a eficácia dessas políticas depende de um planejamento educacional sólido, aliado a um sistema de monitoramento que assegure a execução das metas estabelecidas.

Dourado (2021) enfatiza ainda que a descentralização das políticas públicas deve ser acompanhada por mecanismos de suporte técnico e financeiro para que os

estados e municípios possam garantir educação de qualidade em todo o território nacional.

No Brasil, as políticas educacionais são regulamentadas pela LDB n.º 9.394/1996, que define os princípios, objetivos e modalidades de ensino (Brasil, 1996). A LDB estabelece a obrigatoriedade da educação básica e prevê a oferta da EJA para aqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos na idade adequada.

A LDB, ao reconhecer a EJA como modalidade própria e necessária, estabelece bases para que essa política educacional atenda às especificidades de um público historicamente excluído do direito à educação, reforçando o caráter reparador e emancipador desse instrumento (Cury, 2002). Nesse contexto, Gadotti (2013) aponta que a implementação dessas políticas deve considerar as especificidades regionais, evitando abordagens homogêneas que não contemplem as particularidades locais. Nesse sentido, é essencial adotar uma perspectiva contextualizada, que considere fatores socioculturais, econômicos e históricos de cada território.

Segundo Arroyo (2020), as políticas educacionais precisam ser formuladas com base em um diálogo contínuo entre os gestores, os educadores e as comunidades envolvidas, garantindo que as ações implementadas sejam efetivamente adequadas às realidades locais. Essa abordagem possibilita não somente maior engajamento da população, mas também promove a valorização dos saberes regionais, contribuindo para uma educação mais equitativa e significativa.

A formulação das políticas públicas educacionais também é influenciada por diretrizes internacionais, como as metas estabelecidas pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) e pelos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030.

A Meta 4 da Agenda 2030, por exemplo, enfatiza a necessidade de garantir educação inclusiva, equitativa e de qualidade para todos, com atenção especial à alfabetização de jovens e adultos (UNESCO, 2015). Essas diretrizes internacionais influenciam diretamente a elaboração do Plano Nacional de Educação (PNE), que define metas específicas para a educação brasileira em um período de dez anos (Brasil, 2014).

Entre as metas do PNE, a Meta 9 destaca-se por buscar a elevação da taxa de alfabetização da população adulta e a ampliação da oferta da EJA integrada à educação profissional. No entanto, conforme apontado por Colares de Bitencourt *et al.* (2024), os desafios para o cumprimento dessa meta são significativos,

especialmente em pequenos municípios, onde a infraestrutura educacional é precária e a evasão escolar ainda é alta.

Além disso, Ribeiro (2008) reforça que a implementação de políticas públicas educacionais em regiões menos desenvolvidas enfrenta barreiras estruturais, como a falta de professores qualificados, dificuldades de transporte e limitações no acesso a materiais didáticos. Nesse sentido, Arroyo (2020) enfatiza que a EJA deve ser pensada a partir das especificidades regionais, respeitando os diferentes contextos socioculturais e as trajetórias dos educandos. A ausência dessa perspectiva pode resultar em políticas pouco eficazes, que desconsideram a realidade dos sujeitos da EJA e reforçam desigualdades educacionais.

Segundo Dourado e Oliveira (2021), a efetivação das metas do PNE depende não somente da alocação de recursos financeiros, mas também do fortalecimento da gestão democrática e do engajamento das comunidades escolares na formulação e execução das políticas educacionais. Ainda dentro dessa perspectiva, Haddad e Di Pierro (2022) argumentam que a EJA precisa ser integrada a uma concepção mais ampla de educação ao longo da vida, reconhecendo os saberes prévios dos estudantes e proporcionando oportunidades reais de continuidade nos estudos e na inserção no mundo do trabalho.

Essa abordagem dialoga com a necessidade de superar a visão compensatória da EJA, frequentemente tratada como uma solução emergencial para os déficits educacionais acumulados, sem uma estrutura consolidada de permanência e progressão. Dessa forma, é evidente que, apesar dos avanços no marco legal e normativo da EJA, sua implementação ainda enfrenta desafios consideráveis, exigindo políticas mais contextualizadas e alinhadas às necessidades das populações atendidas.

A articulação entre diretrizes internacionais, políticas nacionais e práticas locais é fundamental para que a EJA cumpra seu papel de garantir o direito à educação e contribuir para a redução das desigualdades sociais e econômicas no Brasil.

### 3.1.1 Políticas públicas para jovens e adultos

A EJA é uma modalidade educacional voltada para aqueles que não tiveram acesso ou continuidade nos estudos na idade apropriada. Segundo a LDB (Brasil,

1996), a EJA deve ser ofertada gratuitamente pelo Estado, garantindo o direito à educação em qualquer fase da vida.

Contudo, conforme enfatiza Gadotti (2003), a EJA vai além da simples escolarização, devendo ser compreendida como um instrumento de emancipação social e desenvolvimento humano. Para Arroyo (2020), essa modalidade deve estar alinhada às experiências e aos saberes dos sujeitos da EJA, reconhecendo suas trajetórias de vida e proporcionando um currículo flexível e contextualizado. Freire (1987) reforça essa concepção ao compreender a alfabetização como um processo libertador, que promove a conscientização crítica sobre a realidade social, articulando educação e transformação.

A política pública de EJA no Brasil tem sido historicamente marcada por avanços e desafios. Di Pierro (2015) destaca que a institucionalização dessa modalidade ocorreu com a implementação de programas, como o MOVA/SP (Movimento de Alfabetização de Jovens e Adultos), inspirado nas ideias de Paulo Freire (1987) sobre educação popular. Esse movimento consolidou uma perspectiva de educação como prática social, voltada à superação das desigualdades históricas e à valorização dos saberes populares.

Apesar de movimentos como esse, a descontinuidade das políticas públicas para a EJA tem comprometido sua qualidade, gerando ciclos de expansão e retração, conforme mudanças políticas e orçamentárias (Dourado; Oliveira, 2021). A falta de continuidade e o caráter compensatório atribuído à EJA refletem um descaso estrutural, dificultando a consolidação de políticas de longo prazo, que garantam a permanência dos alunos e a qualidade do ensino (Haddad; Di Pierro, 2022). Pinto e Melo (2020) corroboram essa análise ao salientar que a EJA desempenha papel central na promoção da cidadania e no enfrentamento do analfabetismo funcional, mas depende de políticas consistentes e intersetoriais para se efetivar como direito.

O financiamento da EJA representa um dos principais entraves para sua expansão. Estudos recentes apontam que a ausência de uma política de financiamento estruturada resulta na precarização da oferta, especialmente em municípios menores e regiões periféricas (Cury, 2010).

Segundo Dourado e Oliveira (2021), a falta de investimentos compromete não somente a infraestrutura das escolas, mas também a formação continuada dos docentes e o desenvolvimento de metodologias específicas para a modalidade. A formação docente para a EJA é outro desafio crítico. De acordo com Mota (2019), os

professores que atuam nessa modalidade enfrentam turmas heterogêneas, nas quais alunos apresentam diferentes níveis de escolarização e trajetórias educacionais marcadas por múltiplas rupturas.

Isso exige metodologias diferenciadas e abordagens pedagógicas que valorizem os saberes prévios dos estudantes. Lima e Sousa (2017) ressaltam que a formação continuada dos educadores é essencial para garantir um ensino significativo e adaptado à realidade desses alunos. Nesse sentido, a ausência de políticas de formação específica reforça o caráter excludente do sistema e contribui para a evasão. Outro aspecto fundamental é a relação entre a EJA e o mercado de trabalho.

Assis (2018) destaca que a escolarização de jovens e adultos impacta diretamente a empregabilidade e a melhoria das condições socioeconômicas dos estudantes. Nesse sentido, programas que integram a EJA à educação profissional são considerados estratégias fundamentais para ampliar as oportunidades de inserção no mercado de trabalho e reduzir a vulnerabilidade social (Cruz, 2018).

Além disso, Lima e Sousa (2023) apontam que políticas intersetoriais, que articulam a EJA com iniciativas de assistência social, empregabilidade e inclusão digital, potencializam os resultados da EJA ao promover a permanência dos estudantes e a qualificação profissional. Adicionalmente às questões estruturais e pedagógicas, a política pública para a EJA deve ser compreendida em um contexto amplo, considerando os aspectos socioculturais e econômicos que influenciam essa modalidade.

A valorização da EJA como direito fundamental, e não somente como uma política compensatória, é essencial para garantir o seu sucesso no contexto educacional.

### 3.1.2 Necessidade de pesquisas locais

A literatura sobre a EJA enfatiza frequentemente a importância de estudos que considerem as especificidades regionais para entender melhor os desafios enfrentados em diferentes contextos. Ribeiro (2008) destaca a carência de pesquisas focadas em pequenos municípios, onde os programas de EJA precisam ser adaptados às realidades locais.

Estudos de caso, como os de Oliveira (2010), mostram que a compreensão das particularidades culturais, sociais e econômicas de comunidades específicas pode

levar a programas mais eficazes e inclusivos. Ademais, Souza e Carvalho (2019) reforçam o entendimento sobre a importância de estudos locais no contexto da EJA, especialmente no que se refere aos pequenos municípios.

Os trabalhos de Di Pierro (2015) e Silva e Silva (2016) corroboram essa necessidade ao evidenciarem lacunas em pesquisas que abordem especificidades regionais. Enquanto Di Pierro (2015) identifica demandas e perspectivas futuras para a EJA, Silva e Silva (2016) discute como o financiamento da modalidade pode impactar diretamente a implementação de programas adaptados às necessidades locais, o que é fundamental para pequenos municípios como Jaciara.

Além disso, Colares de Bitencourt *et al.* (2024) e Oliveira e Cadoná (2024) apontam para a ausência de políticas públicas eficazes que contemplem as especificidades regionais, especialmente em municípios de pequeno porte. Ambos ressaltam que metas educacionais nacionais, como a Meta 9 do PNE, não têm gerado resultados efetivos quando desconsideram o contexto socioterritorial das comunidades atendidas, cuja lacuna reforça a relevância de estudos como o presente.

### 3.1.3 Métodos pedagógicos na EJA

A diversidade de necessidades dos alunos da EJA evidencia a imprescindibilidade de abordagens pedagógicas que contemplem suas especificidades. Freire (1987; 2018) é um dos principais teóricos que defendem metodologias participativas e críticas, que valorizam o conhecimento prévio dos alunos e incentivam o pensamento reflexivo e emancipatório.

bell hooks (1994) também contribui para essa discussão ao destacar a importância de práticas pedagógicas que empoderem os alunos e promovam a autonomia. Além disso, Morin (2012) argumenta sobre a necessidade de métodos integradores que considerem a complexidade do processo educativo. Já Torres e Macedo (2021) discorrem sobre os desafios e as possibilidades dos materiais pedagógicos a serem adotados com alunos da EJA.

Os trabalhos de Cruz (2018) e Assis (2018) dialogam diretamente com essa discussão. Cruz (2018) explora a avaliação como um elemento transformador no processo pedagógico da EJA, alinhando-se às ideias de Freire sobre práticas críticas e participativas. Por sua vez, Assis (2018) destaca a importância de uma perspectiva

formativa na avaliação, contribuindo para a autonomia e o engajamento dos alunos, em sintonia com bell hooks (1994).

#### 3.1.4 Adaptação cultural e social

Adaptar os programas de EJA às especificidades culturais e sociais das comunidades é essencial para seu sucesso. Freire (1997) e Gadotti (2003) apontam que um currículo flexível e contextualizado pode fazer uma diferença significativa na eficácia dos programas de alfabetização. Esses autores sugerem que a educação deve respeitar e integrar os conhecimentos e valores culturais dos alunos, facilitando a aprendizagem e aumentando o engajamento.

A pesquisa de Arroyo (2005) também destaca a importância de uma educação contextualizada que atenda às necessidades específicas das comunidades atendidas. Corroborando com esses entendimentos, Menezes e Oliveira (2019) discorrem sobre as práticas e os desafios de um currículo contextualizado para a EJA.

Os estudos de Colares de Bitencourt et al. (2024) e Merlin (2024) reforçam essa perspectiva. Enquanto Colares de Bitencourt et al. (2024) destacam a importância de adaptar as estratégias educacionais para atender grupos vulneráveis, como pessoas encarceradas, Merlin (2024) analisa como os planos municipais de educação podem ser utilizados para promover currículos mais inclusivos e contextualizados, especialmente em regiões metropolitanas.

Embora se refiram a contextos urbanos e metropolitanos, tais como Curitiba e Salvador, os estudos referidos, reforçam o princípio de que a contextualização curricular é uma condição indispensável à qualidade educacional da EJA em qualquer território, inclusive em municípios interioranos, a exemplo de Jaciara, que enfrentam obstáculos ainda mais evidentes relacionados à infraestrutura e ao financiamento.

#### 3.1.5 Aspectos psicossociais da alfabetização

Os aspectos psicossociais da alfabetização via EJA são amplamente discutidos na literatura. Freire (1987) destaca que a alfabetização pode transformar a percepção que os indivíduos têm de si, aumentando a autoestima e a autonomia. Além disso, Dreyfus (1996) aponta que a alfabetização contribui para uma maior participação social e cívica, o que é corroborado por estudos de Silva e Santos (2020), que

mostram como os programas de EJA podem levar a uma maior integração dos indivíduos nas suas comunidades e na sociedade em geral.

Mota (2019) complementa essa discussão ao abordar os desafios da formação de educadores como uma questão central para potencializar os efeitos psicossociais da alfabetização. Essa formação, conforme o autor, deve considerar não somente os aspectos técnicos da docência, mas também o papel transformador que a educação exerce sobre os indivíduos, em linha com a abordagem crítica de Freire.

### 3.1.6 Contexto de Jaciara

A necessidade de aprofundar a compreensão das contribuições da EJA em contextos específicos, como o do Município de Jaciara, MT, é fundamental para a formulação de políticas educacionais mais eficazes. Estudos de Silva (2012) e Alves (2015) indicam que a investigação de contextos locais permite identificar desafios e potencialidades que não são visíveis em análises mais amplas. A pesquisa local pode oferecer dados importantes para a adaptação e melhoria dos programas de EJA, garantindo que atendam melhor às necessidades dos alunos e das comunidades onde são implementados.

Os estudos de Batista *et al.* (2024) e Merlin (2024) reforçam a necessidade de uma investigação local detalhada. Enquanto Batista *et al.* (2024) discutem as implicações da ausência de políticas públicas eficazes para o combate ao analfabetismo, Merlin (2024) oferece exemplos práticos de como os municípios podem integrar estratégias adaptadas às suas realidades locais. Esses trabalhos fornecem subsídios teóricos e práticos valiosos para compreender os desafios específicos enfrentados em Jaciara.

Diante das análises realizadas, constata-se que a EJA é um campo complexo e multidimensional, cujo desenvolvimento exige uma abordagem que integre perspectivas históricas, pedagógicas, sociais e culturais. Os estudos apresentados reforçam a importância de políticas públicas consistentes, práticas pedagógicas críticas e inclusivas, e a adaptação dos programas às especificidades locais, sobretudo em pequenos municípios como Jaciara.

Nesse contexto, os desafios e lacunas apontados pelas pesquisas destacam a necessidade de avançar em investigações que não somente ampliem o entendimento sobre a EJA, mas também subsidiem ações concretas para sua melhoria. A

originalidade desta pesquisa reside na análise específica das políticas públicas para a EJA no município de Jaciara, uma realidade pouco explorada na literatura acadêmica. Enquanto estudos anteriores abordam a EJA em contextos nacionais e estaduais, há uma lacuna quanto às particularidades enfrentadas por pequenos municípios, onde os desafios estruturais, financeiros e sociais podem impactar significativamente a implementação dessas políticas.

Esse panorama é reforçado por Batista *et al.* (2024), que discutem como a ausência de políticas públicas eficazes contribui para a manutenção do analfabetismo, sobretudo entre populações em situação de vulnerabilidade, evidenciando a contradição entre o potencial emancipador da EJA e o baixo investimento nessa modalidade.

Isso porque esta investigação busca compreender como essas políticas são aplicadas localmente, quais obstáculos dificultam sua eficácia e quais estratégias podem ser aprimoradas para garantir maior acesso e permanência dos alunos na EJA. Dessa forma, este estudo contribui com um olhar inovador e contextualizado, trazendo subsídios para a formulação de políticas educacionais mais eficientes e adaptadas às especificidades regionais.

### **3.2 A legislação sobre a EJA no Brasil**

A regulamentação da EJA no Brasil foi sendo construída ao longo das últimas décadas por meio de um conjunto de dispositivos legais que visam garantir o direito à educação para aqueles que não tiveram acesso ao ensino regular na idade apropriada. A LDB/1996 é o principal marco normativo, estabelecendo que a EJA deve ser ofertada gratuitamente pelo Estado e garantindo sua inclusão no sistema educacional brasileiro (Brasil, 1996).

Nos anos seguintes, novas regulamentações foram instituídas para consolidar e expandir essa modalidade educacional. Em 2000, o Parecer CNE/CEB nº 1/2000 e a Resolução CNE/CEB nº 1/2000 estabeleceram as Diretrizes Curriculares Nacionais para a EJA, orientando a organização pedagógica da modalidade.

Poucos anos depois, em 2004, a Lei nº 10.880 criou o Programa de Apoio aos Sistemas de Ensino para Atendimento à Educação de Jovens e Adultos (PEJA), o Programa Brasil Alfabetizado e o Programa Nacional de Transporte do Escolar (PNATE), ampliando o acesso à educação para estudantes da EJA.

A partir de 2006, houve um avanço na regulamentação da formação docente e da integração da EJA com a educação profissional. A Lei nº 11.273/2006 criou programas de apoio à formação inicial e continuada de professores da educação básica e o Decreto nº 5.840/2006 instituiu o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (PROEJA), promovendo a qualificação técnica dos alunos da EJA. Dois anos depois, a Lei nº 11.692/2008 instituiu o Programa Nacional de Inclusão de Jovens, ampliando oportunidades educacionais para essa população.

Em 2009, novas medidas foram criadas para apoiar a permanência dos alunos no ensino. A Lei nº 11.947/2009 instituiu o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e o Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE), garantindo infraestrutura e alimentação adequada para estudantes da EJA. Posteriormente, a Resolução CNE/CEB nº 3/2010 estabeleceu normas sobre a duração dos cursos, a idade mínima para ingresso e a certificação nos exames de EJA, consolidando critérios nacionais para essa modalidade.

O avanço da EJA também esteve ligado à ampliação da oferta de ensino técnico e profissionalizante. A Lei nº 12.513/2011 instituiu o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC), promovendo a qualificação de jovens e adultos que buscam inserção no mercado de trabalho.

Nos anos mais recentes, novas políticas buscaram fortalecer a EJA e garantir incentivos para sua expansão. Em 2024, o governo federal lançou uma série de iniciativas para ampliar a oferta e melhorar a qualidade dessa modalidade educacional. A Lei nº 14.818, de 16 de janeiro de 2024, criou o Pé-de-Meia, programa que abrange estudantes matriculados no ensino médio público, inclusive da modalidade EJA.

Nesse caso, ao comprovar matrícula na EJA, o estudante recebe um incentivo de R\$ 200,00 além de um valor mensal de R\$ 225,00 pela frequência escolar, ambos disponíveis para saque (Brasil, 2024a). Em complemento, a Portaria nº 861, de 23 de agosto de 2024, estabeleceu o calendário operacional do programa Pé-de-Meia para a EJA, garantindo sua aplicação efetiva ao longo do ano (Brasil, 2024b).

Outro avanço significativo foi a publicação do Decreto nº 12.048, de 5 de junho de 2024, que instituiu o Pacto Nacional pela Superação do Analfabetismo e Qualificação da Educação de Jovens e Adultos. Este decreto pretende apoiar os estados, o Distrito Federal e os municípios na superação do analfabetismo e na

qualificação da Educação de Jovens e Adultos (EJA). Além disso, o decreto criou a Medalha Paulo Freire, destinada a reconhecer redes de ensino e instituições que se destacam nos esforços de mitigação do analfabetismo no país (Brasil, 2024c).

O decreto também altera o Decreto nº 10.959, de 8 de fevereiro de 2022, que dispõe sobre o Programa Brasil Alfabetizado (Brasil, 2022). As alterações incluem a valorização e o reconhecimento da contribuição da Educação Popular nas ações de alfabetização, bem como o fortalecimento das diretrizes e objetivos do programa para promover a alfabetização de jovens, adultos e idosos.

Assim, verifica-se que a regulamentação da EJA no Brasil avançou significativamente desde a promulgação da LDB/1996, mas ainda enfrenta desafios na sua implementação. Nesse sentido, conforme apontado por Silva e Silva (2016), o financiamento da EJA desempenha um papel central na viabilização dessas diretrizes, embora frequentemente enfrente desafios de alocação de recursos, especialmente em municípios menores. Essa questão reforça a importância de uma articulação mais efetiva entre os diferentes níveis de governo.

A LDB/1996 reconhece a EJA como uma modalidade estratégica para a promoção da igualdade de oportunidades educacionais (Brasil, 1996), visando ampliar o acesso e melhorar a qualidade do ensino oferecido no país. Esse entendimento é aprofundado por Lima e Sousa (2017), que destacam que a regulamentação da EJA ao longo dos anos tem buscado não somente atender às demandas educacionais, mas também integrar aspectos sociais e econômicos que contribuam para a inclusão dos participantes na vida comunitária e no mercado de trabalho.

O PNE 2014–2024, por exemplo, inclui diretrizes para a redução do analfabetismo e a ampliação da escolaridade média da população adulta. Essas metas são fundamentais para orientar as ações dos governos federal, estaduais e municipais no desenvolvimento de programas e políticas voltadas para a EJA (Brasil, 2014). Além disso, Merlin (2024) reforça a importância de programas como o PRONERA para garantir que as políticas educacionais atendam às especificidades regionais.

Além das políticas nacionais, as diretrizes curriculares específicas para a EJA, estabelecidas pelo Conselho Nacional de Educação (CNE), orientam elaborar programas pedagógicos que respeitem a diversidade cultural e a experiência de vida dos alunos. Essas diretrizes enfatizam a necessidade de metodologias participativas

e críticas, inspiradas nos princípios da educação libertadora de Freire (1996), que promovem a reflexão e a ação dos alunos sobre sua realidade social (CNE, 2000).

Cruz (2018) e Assis (2018) dialogam com essa perspectiva ao destacarem que as práticas avaliativas devem ser formativas e adaptadas às experiências dos alunos. Esse enfoque permite maior engajamento dos participantes, promovendo não somente aprendizado, mas também o fortalecimento de sua autoestima e autonomia.

Apesar do arcabouço legal e das políticas públicas existentes, a implementação eficaz da EJA enfrenta desafios significativos, na busca por uma maior articulação entre os diferentes níveis de governo, voltadas ao desenvolvimento e fortalecimento da EJA no Brasil, promovendo a ampliação de parcerias público-privadas, o aumento dos investimentos em tecnologia educacional e a promoção de programas de formação continuada para os educadores.

Em Jaciara, a EJA é regulamentada por legislações municipais e estaduais que visam garantir o acesso à educação para aqueles que não concluíram os estudos na idade apropriada. O Plano Municipal de Educação de Jaciara, instituído pela Lei nº 1.676, de 24 de junho de 2015, estabelece diretrizes para a educação no município para o decênio 2015–2025. Esse plano foi revisado e alterado pela Lei nº 2.173, de 2023, que atualizou o Anexo I, ajustando metas e estratégias para atender às necessidades educacionais locais.

No âmbito estadual, a Resolução CEE/MT nº 003/2019 fixa normas para a oferta da educação básica na modalidade EJA no Sistema Estadual de Ensino, orientando a organização curricular e administrativa das instituições que oferecem essa modalidade. Além disso, o Decreto nº 1.123, de 2008, do governo do estado de Mato Grosso, criou os Centros de Educação de Jovens e Adultos (CEJAs) nos municípios-polo, incluindo Jaciara, visando ampliar a oferta de EJA e atender à demanda de estudantes que buscam concluir a educação básica.

Esses programas e legislações demonstram o compromisso das esferas municipal e estadual em promover a educação inclusiva e garantir oportunidades de aprendizado contínuo para jovens e adultos em Jaciara. No entanto, para que a EJA cumpra plenamente seu papel, é essencial que sua implementação vá além da garantia do direito à escolarização, contemplando também a formação integral dos educandos.

Nesse contexto, a articulação entre a EJA e a formação humana e profissional torna-se um elemento fundamental, pois não basta somente garantir o acesso à

educação básica, mas, sim, promover um processo educativo que prepare os sujeitos para a participação ativa na sociedade e no mundo do trabalho.

### **3.3 A importância da EJA na promoção da inclusão social**

A EJA tem sido reconhecida como um meio fundamental para a promoção da inclusão social e a redução das desigualdades educacionais. Freire (1987) argumenta que ela deve ser vista não somente como uma oportunidade de alfabetização, mas como um processo de conscientização que capacita os indivíduos a compreenderem e transformarem sua realidade social. Essa abordagem vai além do simples aprendizado de leitura e escrita, incorporando uma dimensão crítica que promove a emancipação dos alunos.

Conforme discutido por Lima e Sousa (2017), a EJA desempenha um papel crucial na história educacional do Brasil, enfrentando desafios relacionados à exclusão social e promovendo uma educação que valoriza a autonomia e a participação ativa dos indivíduos na sociedade. Essa perspectiva é fundamental para o fortalecimento das comunidades, especialmente em pequenos municípios.

A inclusão social por meio da EJA é particularmente relevante em contextos rurais e em pequenos municípios, onde o acesso à educação formal muitas vezes é limitado. Segundo Menezes e Oliveira (2019), essa modalidade tem o potencial de transformar vidas ao proporcionar a indivíduos de diferentes faixas etárias a oportunidade de adquirir conhecimentos e habilidades que melhoram sua empregabilidade e participação cívica. Isso é especialmente importante em comunidades onde o analfabetismo é prevalente e a exclusão social é uma realidade cotidiana.

Nesse sentido, o estudo de Merlin (2024) exemplifica como a EJA, quando articulada com os Planos Municipais de Educação, pode trazer benefícios significativos para municípios menores, adaptando-se às suas realidades específicas. Essa articulação reforça a importância de políticas públicas bem estruturadas e alinhadas às demandas locais.

A flexibilidade da EJA permite que programas sejam adaptados às necessidades específicas dos alunos, considerando suas experiências de vida e seus conhecimentos prévios. Gadotti (2003) destaca que a personalização dos currículos e das metodologias de ensino na EJA é crucial para seu sucesso ao respeitar e valorizar

a diversidade cultural e social dos participantes. Essa adaptabilidade é uma das principais razões pelas quais a EJA consegue alcançar e impactar positivamente tantas pessoas.

Os trabalhos de Cruz (2018) e Assis (2018) corroboram essa visão ao destacar que as práticas pedagógicas na EJA, especialmente aquelas baseadas em avaliações formativas, conseguem respeitar as especificidades dos alunos e promover um ambiente de aprendizado mais inclusivo e participativo. Tais metodologias são especialmente eficazes para engajar alunos que historicamente enfrentaram exclusão educacional.

Esse entendimento corrobora o apontado por Gandin e Lima (2015), que, ao examinarem como as políticas de avaliação educacional e as mudanças no papel do Estado impactam o trabalho dos professores no Brasil, sinalizaram que as transformações ocorridas nas últimas décadas, particularmente as políticas públicas, voltadas a melhorar a qualidade da educação por meio da avaliação de desempenho dos alunos e dos professores, afetam a prática pedagógica e as condições de trabalho dos docentes.

Um dos principais pontos discutidos pelos autores é como a avaliação padronizada e a introdução de testes nacionais (como o ENEM e o SAEB) têm pressionado os professores a focarem em resultados específicos, muitas vezes ignorando as necessidades individuais dos alunos (Gandin; Lima, 2015).

Isso implica dizer que, em escolas, onde a avaliação é vista como um critério único de sucesso, os professores podem se sentir forçados a ensinar para o teste, negligenciando abordagens pedagógicas mais criativas e inclusivas, levando à diminuição na qualidade do ensino, pois os professores podem priorizar o conteúdo que é mais provável de ser cobrado nos exames, em vez de promover uma educação integral.

Além disso, os autores apontam que a reconfiguração do Estado, por um modelo de gestão educacional mais centralizado e voltado para a eficiência, é inspirada em práticas do setor privado, como ocorre com a NGP (Gandin; Lima, 2015). Essas mudanças no Estado resultam em maior controle sobre os docentes e em um número crescente de metas e indicadores a serem cumpridos, aumentando a pressão sobre os professores, que carregam o estigma por resultados, que muitas vezes estão além de seu controle, como os fatores sociais e econômicos, que afetam os estudantes.

Nesse sentido, Shiroma, Garcia e Campos (2011), ao analisarem o discurso do movimento *Todos pela Educação*, que visa melhorar a educação no Brasil, por meio da metáfora da liturgia da palavra, mostram como o movimento usa palavras e linguagem persuasivas para moldar a forma como a educação é vista pela sociedade.

As autoras argumentam que o movimento utiliza um discurso moralizador e de urgência, como uma pregação religiosa, promovendo uma conversão das pessoas para acreditarem na necessidade de mudanças radicais na educação (Shiroma; Garcia; Campos, 2011). O movimento, segundo elas, busca mobilizar a sociedade para adotar soluções rápidas e eficazes para os problemas educacionais, sem espaço para debates ou questionamentos.

O texto destaca que o discurso do *Todos pela Educação* simplifica as políticas educacionais, apresentando reformas de maneira superficial e sem abordar as complexidades dos problemas educacionais. A ênfase em resultados rápidos, como metas de aprovação e desempenho em exames, busca soluções rápidas para problemas complexos, sem discutir as causas dessas questões, como a falta de recursos e as desigualdades sociais (Shiroma; Garcia; Campos, 2011).

Elas destacam que o movimento *Todos pela Educação* se utiliza de um discurso persuasivo e simplificador para mobilizar a sociedade e os profissionais da educação em torno de uma visão unificada sobre a melhoria da educação e alertam que, embora o movimento tenha boas intenções, sua forma de comunicação pode obscurecer as verdadeiras complexidades dos problemas educacionais, ao invés de fomentar um debate mais crítico e aprofundado sobre a educação no Brasil (Shiroma; Garcia; Campos, 2011).

A ênfase na avaliação de desempenho como critério predominante para medir a qualidade da educação tem repercussões não somente na prática pedagógica, mas também na motivação e no engajamento dos alunos da EJA. Diferentemente da educação regular, a EJA atende a um público diverso, cujas trajetórias escolares são marcadas por desafios, como a evasão e a dificuldade de conciliar os estudos com responsabilidades familiares e profissionais.

Nesse contexto, a adoção de métricas rígidas, inspiradas no modelo de gestão corporativa, pode desconsiderar as especificidades dessa modalidade e impor barreiras adicionais à aprendizagem. Isso reforça a necessidade de políticas educacionais que valorizem processos formativos mais flexíveis, que contemplem o

desenvolvimento integral dos alunos, e não somente sua performance em avaliações padronizadas.

Além disso, ao enfatizar a lógica da eficiência e da responsabilização dos professores pelos resultados dos estudantes, a NGP pode comprometer a autonomia pedagógica dos docentes da EJA. A pressão por metas e o foco na produtividade muitas vezes limitam o espaço para metodologias participativas e interdisciplinares, essenciais para um ensino significativo nesse contexto.

A abordagem mecanicista da avaliação educacional pode, portanto, aprofundar desigualdades já existentes, especialmente quando aplicada sem considerar as realidades socioeconômicas dos estudantes. Nesse sentido, políticas educacionais voltadas à EJA devem buscar um equilíbrio entre a avaliação de resultados e a valorização de estratégias pedagógicas que promovam o aprendizado de forma contextualizada e emancipatória.

Isso porque, além de promover a inclusão social, a EJA contribui para a coesão social e o fortalecimento das comunidades. Estudos evidenciam que os participantes de programas de EJA frequentemente desenvolvem um maior senso de pertença e engajamento comunitário. Isso se deve, em parte, ao fato de que a alfabetização facilita a comunicação e a participação em atividades coletivas, como associações de moradores e movimentos sociais.

Essa coesão social é reforçada por programas como o PRONERA, conforme discutido no estudo de Colares de Bitencourt et al. (2024), que enfatizam a importância de conectar a educação às necessidades socioeconômicas locais. Essas iniciativas promovem não somente o aprendizado individual, mas também a mobilização comunitária, criando um efeito coletivo positivo.

Contudo, a EJA também enfrenta diversos desafios. A falta de recursos pedagógicos adequados, a escassez de profissionais qualificados e as barreiras logísticas são obstáculos que limitam a eficácia dos programas. Por outro lado, as possibilidades de superar esses desafios incluem implementar políticas públicas mais inclusivas, o investimento em formação continuada para educadores e a adoção de metodologias inovadoras que tornem o processo de ensino-aprendizagem mais atrativo e eficaz para os alunos.

Nesse contexto, o estudo de Batista et al. (2024) aponta para a necessidade urgente de políticas mais integradas, que contemplem a superação do analfabetismo em regiões com maior vulnerabilidade social. Além disso, o investimento em

infraestrutura e em programas de capacitação para educadores pode potencializar os resultados da EJA, como destacado por Mota (2019).

Dessa forma, verifica-se que a EJA desempenha um papel vital na promoção da inclusão social, fornecendo aos indivíduos as ferramentas necessárias para participar plenamente da vida econômica, social e política de suas comunidades. Ao oferecer uma segunda chance de educação, a EJA não só melhora as perspectivas pessoais dos alunos, mas também contribui para o desenvolvimento sustentável e equitativo das comunidades em que está inserida.

Ademais, com base nos estudos discutidos, fica evidente que a EJA, ao integrar teoria e prática, representa um mecanismo poderoso para combater desigualdades históricas e promover a transformação social, sobretudo em regiões onde a exclusão educacional é mais pronunciada.

### **3.4 EJA e a formação humana e profissional**

Conforme já abordado anteriormente, a EJA desempenha um papel crucial na promoção da formação humana e profissional, atendendo a indivíduos que, por diversos motivos, não concluíram a educação básica na idade apropriada. Essa modalidade educativa não se limita à mera transmissão de conteúdos escolares; ela busca proporcionar uma formação integral que abrange aspectos cognitivos, sociais, culturais e profissionais, visando à emancipação dos sujeitos envolvidos.

A formação humana na EJA está intrinsecamente ligada aos princípios da educação libertadora propostos por Freire (1996), especialmente quanto à ênfase dada pelo autor sobre a importância de uma educação que promova a conscientização crítica dos educandos, permitindo-lhes compreender e transformar a realidade em que estão inseridos. Nesse sentido, a EJA deve ser concebida como um espaço de diálogo, onde educadores e educandos constroem juntos o conhecimento, valorizando as experiências de vida de cada indivíduo.

Além da formação humana, a EJA tem um compromisso com a formação profissional de seus estudantes. A integração entre educação básica e educação profissional é fundamental para ampliar as oportunidades de inserção no mercado de trabalho e para o desenvolvimento de competências técnicas e sociais. Programas como o PROEJA exemplificam essa abordagem integrada, buscando oferecer uma

formação que atenda às demandas do mundo do trabalho sem negligenciar a formação cidadã.

A articulação entre formação humana e profissional na EJA enfrenta desafios significativos. Um deles é a necessidade de currículos flexíveis que considerem as especificidades dos educandos, muitos dos quais conciliam estudos com trabalho e responsabilidades familiares. Segundo Arroyo (2018), é essencial que a EJA reconheça a diversidade de seus sujeitos e adapte suas práticas pedagógicas para atender às necessidades reais desses indivíduos, promovendo uma educação que seja, ao mesmo tempo, inclusiva e de qualidade.

A formação dos educadores que atuam na EJA é outro aspecto crucial para o sucesso dessa modalidade educativa. Esses profissionais devem estar preparados para lidar com a heterogeneidade das turmas e para desenvolver metodologias que integrem saberes formais e informais. De acordo com Amorim, Dantas e Aquino (2018), a formação continuada dos professores da EJA deve contemplar não somente aspectos pedagógicos, mas também uma compreensão aprofundada das realidades sociais e culturais dos educandos, permitindo uma prática educativa mais contextualizada e significativa.

A relação entre educação e trabalho na EJA não deve ser entendida instrumentalmente, mas como uma oportunidade de promover a emancipação dos sujeitos. Manfredi (2002) argumenta que a educação profissional na EJA deve ir além da mera capacitação técnica, buscando desenvolver nos educandos uma compreensão crítica das relações de trabalho e das estruturas sociais, capacitando-os a atuar de forma consciente e transformadora em suas comunidades e no mercado de trabalho.

A implementação de políticas públicas que apoiem a integração entre formação humana e profissional na EJA é fundamental. Programas como o PRONATEC têm buscado ampliar as oportunidades de qualificação profissional para jovens e adultos, contribuindo para a inclusão social e produtiva desses indivíduos. No entanto, é necessário que essas políticas sejam acompanhadas de ações que garantam a permanência e o sucesso dos educandos na EJA, como suporte financeiro, oferta de cursos noturnos e proximidade das instituições de ensino.

A avaliação na EJA deve ser compreendida como um processo formativo, que valorize os saberes prévios dos educandos e promova o desenvolvimento de novas competências. Segundo Gadotti (2003), a avaliação na EJA deve ser contínua e

participativa, envolvendo educadores e educandos na construção dos critérios de avaliação e na reflexão sobre o processo de ensino-aprendizagem, de modo a favorecer a autonomia e a emancipação dos sujeitos.

A integração entre formação humana e profissional na EJA requer uma abordagem pedagógica que valorize a contextualização dos conteúdos, relacionando-os às experiências de vida dos educandos e às demandas do mundo do trabalho. Fonseca (2007) destaca a importância de metodologias ativas que promovam a participação dos educandos na construção do conhecimento, estimulando o pensamento crítico e a capacidade de resolver problemas reais.

A diversidade cultural dos educandos da EJA é um recurso valioso que deve ser incorporado ao processo educativo. De acordo com Schwartz (2010), a valorização das diferentes culturas presentes na sala de aula enriquece o aprendizado e contribui para a formação de uma consciência crítica e plural, essencial para a atuação cidadã e profissional dos educandos.

A articulação entre teoria e prática é fundamental na EJA, especialmente no que se refere à formação profissional. Programas que combinam educação básica com formação técnica, como o PROEJA, buscam proporcionar aos educandos uma formação integral que os prepare tanto para o exercício profissional quanto para o exercício da cidadania. Essa abordagem integrada contribui para a construção de trajetórias de vida mais autônomas e significativas para os sujeitos da EJA.

A participação ativa dos educandos na gestão do processo educativo é um princípio fundamental da EJA. Freire (1996) enfatiza a importância de uma educação dialógica, na qual educadores e educandos compartilham responsabilidades e decisões, promovendo uma relação horizontal que favorece a construção coletiva do conhecimento e a formação de sujeitos críticos e autônomos.

A formação profissional na EJA deve estar alinhada às demandas do mercado de trabalho, mas sem perder de vista a formação humana e cidadã dos educandos. Manfredi (2002) argumenta que a educação profissional na EJA deve buscar o equilíbrio entre a capacitação técnica e o desenvolvimento de competências socioemocionais, preparando os educandos para atuar de forma ética e responsável em suas profissões e em suas comunidades.

A inclusão digital é um desafio e uma oportunidade para a EJA. A incorporação de tecnologias digitais no processo educativo pode ampliar o acesso à informação e

promover novas formas de aprendizagem, contribuindo para a formação profissional e para a inserção dos educandos no mundo do trabalho contemporâneo.

Contudo, como apontam Dourado e Oliveira (2021), a desigualdade no acesso à internet e a falta de infraestrutura tecnológica em muitas instituições de ensino representam barreiras significativas para a implementação de uma educação digitalmente inclusiva. Dessa forma, políticas públicas que garantam o acesso à tecnologia são essenciais para que a EJA possa cumprir seu papel formador na sociedade contemporânea.

Outro aspecto essencial para a formação humana e profissional na EJA é a articulação entre a educação e o mundo do trabalho. Segundo Antunes (2020), a precarização do trabalho e a intensificação das desigualdades sociais exigem que a formação profissional seja acompanhada de uma reflexão crítica sobre as transformações do mundo do trabalho e suas implicações para os trabalhadores. Assim, a EJA não pode se limitar a preparar os educandos para o mercado, mas deve capacitá-los para compreender e atuar na transformação das condições de trabalho e nas relações sociais.

A flexibilização dos currículos da EJA é uma necessidade urgente. Conforme defendem Haddad e Di Pierro (2022), o modelo tradicional de ensino, com carga horária rígida e metodologias padronizadas, não atende às especificidades dos estudantes dessa modalidade. O ensino modular, as certificações parciais e a possibilidade de aproveitamento de conhecimentos prévios são estratégias que podem contribuir para aumentar a permanência dos alunos e garantir que a formação profissional seja adequada às suas trajetórias de vida.

A evasão escolar na EJA continua sendo um dos principais desafios para a consolidação dessa modalidade. Martins e Sánchez (2023) apontam que as taxas de desistência na EJA são elevadas, sobretudo devido à sobrecarga de trabalho e às dificuldades de conciliar estudo, emprego e responsabilidades familiares. Nesse sentido, é fundamental que as políticas voltadas para a EJA incluam incentivos financeiros, como programas de bolsas de estudo e auxílios para transporte e alimentação, garantindo melhores condições para os alunos conseguirem concluir seus estudos.

A formação continuada dos educadores da EJA deve ser uma prioridade. Como argumentam Ribeiro e Azevedo (2022), a atuação docente nessa modalidade exige um repertório pedagógico que vá além dos métodos tradicionais de ensino. O uso de

metodologias ativas, a adoção de abordagens interdisciplinares e a capacidade de dialogar com a experiência de vida dos estudantes são competências fundamentais para o professor da EJA. Portanto, programas de formação docente específicos para essa modalidade são essenciais para garantir um ensino de qualidade e socialmente relevante.

A integração da EJA com políticas intersetoriais é um fator determinante para seu sucesso. Segundo Cury (2010), iniciativas que articulam educação, assistência social e políticas de empregabilidade geram consequências mais significativas na vida dos estudantes, ao atenderem de maneira mais ampla suas necessidades. Exemplos como o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC) e o Pé-de-Meia demonstram a importância de ações que vinculam a educação a perspectivas concretas de crescimento profissional e inclusão social.

A certificação de saberes na EJA é um mecanismo essencial para valorizar os conhecimentos adquiridos ao longo da vida dos estudantes. Conforme apontam Fonseca (2021) e Gadotti (2023), a validação de experiências anteriores por meio de certificações pode reduzir o tempo necessário para a conclusão dos estudos e aumentar a motivação dos alunos. Essa abordagem está alinhada com a concepção de educação ao longo da vida, promovida pela UNESCO, que reconhece a importância do aprendizado contínuo para o desenvolvimento pessoal e profissional.

Ademais, a formação profissional na EJA deve considerar as transformações do mercado de trabalho e as novas demandas da economia digital. Com o avanço da automação e das tecnologias da informação, novas competências são exigidas dos trabalhadores, o que torna ainda mais urgente a necessidade de programas educacionais que promovam a capacitação digital e a requalificação profissional.

Segundo Castells (2022), a adaptação da força de trabalho a esse novo cenário depende da ampliação das oportunidades de educação para adultos, especialmente para aqueles que historicamente tiveram acesso limitado à escolarização.

Por fim, a EJA tem o potencial de ser um instrumento poderoso para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária. Para que esse potencial seja plenamente realizado, é necessário um compromisso político e social com o fortalecimento dessa modalidade de ensino.

A valorização da EJA como um direito fundamental, e não somente como uma política compensatória, passa pelo reconhecimento da dignidade dos seus estudantes e da importância da educação para o exercício da cidadania. Como afirmam Batista

*et al.* (2024), investir na EJA significa investir no desenvolvimento humano e na transformação social, garantindo que todos tenham acesso ao conhecimento e às oportunidades necessárias para uma vida digna e plena.

#### **4 AS AÇÕES DO EJA NO MUNICÍPIO DE JACIARA: ANÁLISE DAS CONTRIBUIÇÕES**

A EJA é uma modalidade educacional concebida para corrigir desigualdades históricas de acesso à educação, particularmente em regiões e populações vulneráveis. No município de Jaciara (MT), a EJA adquire um papel relevante para a inclusão social e a promoção do direito à educação, conforme previsto na Constituição Federal de 1988 e reafirmado por Cury (2010), como um direito subjetivo e inalienável.

Este capítulo pretende descrever e analisar as principais ações da EJA desenvolvidas em Jaciara, relacionando-as ao marco teórico da pesquisa e às políticas públicas educacionais contemporâneas. O ponto de partida da análise é o panorama censitário. Os dados do IBGE (2010 e 2022) mostram uma queda significativa nas taxas de analfabetismo em Jaciara, sugerindo avanços no acesso à escolarização.

Essa redução deve ser analisada à luz das políticas públicas implementadas e de sua articulação com os programas estaduais e federais, como propõe Saviani (2018) e Arroyo (2020), ao destacarem a importância do entrelaçamento entre contextos locais e diretrizes nacionais.

No Brasil, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a taxa de analfabetismo entre a população com 15 anos ou mais caiu de 9,6% em 2010 para 5,6% em 2022. No estado de Mato Grosso, essa redução foi de 7,2% para 3,9%. Já no município de Jaciara, observou-se uma queda significativa de 6,5% para 2,8% no mesmo período, evidenciando avanços relevantes.

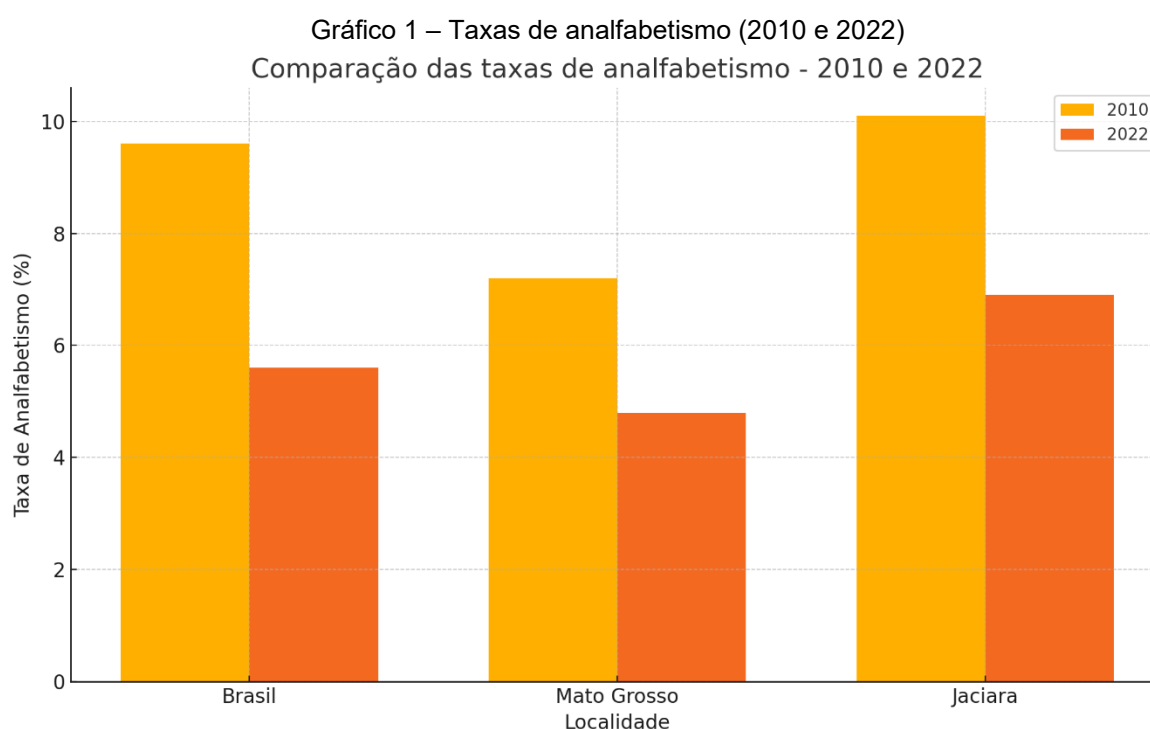
Quadro 3 – População total e taxa de analfabetismo (2010 e 2022)

| <b>Unidade Federativa</b> | <b>População 2010</b> | <b>Taxa de analfabetismo 2010</b> | <b>População 2022</b> | <b>Taxa de analfabetismo 2022</b> |
|---------------------------|-----------------------|-----------------------------------|-----------------------|-----------------------------------|
| <b>Brasil</b>             | 190.755.799           | 9,6%                              | 203.062.512           | 5,6%                              |
| <b>Mato Grosso</b>        | 3.035.122             | 7,5%                              | 3.658.649             | 4,2%                              |
| <b>Jaciara (MT)</b>       | 24.441                | 8,1%                              | 27.344                | 5%*                               |

Fonte: IBGE Censos Demográficos 2010 e 2022.

Legenda: \*A taxa de 2022 para Jaciara é uma estimativa baseada nos dados mais recentes disponíveis.

Esses dados indicam que, embora o Brasil ainda enfrente desafios significativos para assegurar a alfabetização universal, o município de Jaciara apresentou, em 2022, uma taxa de analfabetismo inferior às médias nacional e estadual, conforme gráfico a seguir:



Fonte: IBGE Censos Demográficos 2010 e 2022.

A partir desse panorama, observa-se que Jaciara reduziu a taxa de analfabetismo em 3,7 pontos percentuais no período, superando inclusive a média de redução do estado. Essa queda revela a ampliação de oportunidades para parcela da população historicamente excluída do direito à educação, o que corrobora Freire (1987) e Gadotti (2003), ao defenderem a alfabetização como prática de liberdade e de resgate da dignidade. A ausência de políticas públicas nesse campo acentuaria a desigualdade de oportunidades, como alertam hooks (1994) e Saviani (2018).

Contudo, além dos dados quantitativos, é fundamental observar os contextos onde a EJA atua. Isso porque, em áreas rurais, por exemplo, como é o contexto da pesquisa, muitas famílias enxergam no programa a oportunidade de reconstruir laços com a educação interrompida, contribuindo para a valorização cultural dessas localidades.

Assim, é possível identificar que a EJA, ao dialogar com saberes populares e formas de organização comunitária, cumpre papel articulador entre escola e território, conforme propõe Freire (1987), ao defender práticas educativas ancoradas na realidade dos sujeitos. Dessa forma, tal avanço pode ser atribuído à atuação da EJA, aos programas de alfabetização implantados e ao fortalecimento das políticas públicas voltadas para o público jovem e adulto, conforme sintetizado a seguir:

Quadro 4 – Principais ações vinculadas à EJA em Jaciara (MT)

| Programa/Ação                                                                  | Responsável                                 | Período de atuação               | Principais contribuições                                                                                                                                        |
|--------------------------------------------------------------------------------|---------------------------------------------|----------------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Programa Brasil Alfabetizado (PBA)                                             | Governo Federal / MEC                       | 2003–2017                        | Ofereceu alfabetização básica a jovens, adultos e idosos. Jaciara participou das edições, promovendo turmas locais com apoio de educadores e material didático. |
| Programa Muxirum de Alfabetização                                              | Governo de Mato Grosso (SEDUC-MT)           | Desde 2007 (reformulado em 2021) | Atuação descentralizada, com foco em municípios com maior taxa de analfabetismo. Jaciara foi contemplada com turmas itinerantes e materiais regionais.          |
| Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos (ENCCEJA) | INEP/MEC                                    | Desde 2002                       | Proporcionou certificação do ensino fundamental e médio para jovens e adultos. A prova é ofertada em polos locais, incluindo Jaciara.                           |
| Centros de Educação de Jovens e Adultos (CEJA)                                 | Governo do Estado de Mato Grosso            | Desde 2008                       | O CEJA de Jaciara atende regularmente jovens e adultos que buscam concluir o ensino fundamental e médio, com turmas noturnas e módulos semestrais.              |
| Ações Municipais Complementares (EJA Regular)                                  | Secretaria Municipal de Educação de Jaciara | Permanente                       | Mantém turmas de EJA no período noturno em escolas municipais, com acompanhamento pedagógico específico e campanhas de mobilização para matrículas.             |

Fonte: Dados obtidos por meio do Ministério da Educação (MEC/SECADI), do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), da Secretaria de Estado de Educação de Mato Grosso (SEDUC-MT), do Conselho Estadual de Educação de Mato Grosso (CEE/MT) e do Plano Municipal de Educação de Jaciara (MT).

Criado em 2003, o PBA foi a principal política federal de alfabetização de jovens e adultos no Brasil até 2017. Seu objetivo era garantir o acesso à alfabetização básica por meio da mobilização de voluntários capacitados e da articulação entre União e municípios.

Em Jaciara, o programa teve edições ativas entre 2005 e 2015, com a criação de turmas em comunidades rurais e urbanas periféricas. Segundo dados do

MEC/SECADI (2017), o município alfabetizou cerca de 180 pessoas nesse período. O programa também fornecia materiais didáticos e bolsa-auxílio aos alfabetizadores.

Entretanto, não foram encontrados dados locais de evasão escolar por gênero ou faixa etária, tampouco registros sistemáticos das consequências na trajetória dos egressos do PBA no município, limitando uma avaliação mais precisa dos seus efeitos em longo prazo. Ainda assim, os princípios do programa dialogam com os pressupostos de Freire (1987) ao reconhecer a alfabetização como um processo emancipador e dialógico.

A atuação do Programa Muxirum, promovido pelo governo de Mato Grosso, também merece destaque. Lançado em 2007, pela SEDUC-MT, e reformulado em 2021, ele prioriza municípios com altas taxas de analfabetismo e dificuldade de acesso escolar. Jaciara foi inserida no programa com turmas a partir de 2009 e retomou as atividades em 2022, com foco especial em comunidades rurais e assentamentos. Esse dado reforça o papel do município como executor de políticas inclusivas, especialmente no atendimento de populações em situação de vulnerabilidade.

Outro indicador de contribuição é o número de participantes que realizaram o ENCCEJA ao longo dos anos. Ele é aplicado pelo INEP desde 2002 e permite a certificação do ensino fundamental e médio para jovens e adultos. Em Jaciara, o exame é ofertado anualmente com apoio da rede estadual. De acordo com dados do INEP (2024), entre 2015 e 2023, cerca de 320 moradores participaram das provas, com maior concentração na faixa etária de 25 a 39 anos.

Contudo, não foram localizados registros consolidados de taxa de aprovação ou do perfil ocupacional dos concluintes no município. A ausência desses dados dificulta a análise do potencial transformador do exame, ainda que se reconheça sua importância como instrumento de certificação. Como observa Costa (2019), a certificação, quando desvinculada de práticas pedagógicas contextualizadas, pode ser insuficiente para promover efetiva inclusão.

Em Jaciara, o CEJA funciona desde 2008, ofertando módulos semestrais para o ensino fundamental e médio, com maior demanda no período noturno. Segundo a Coordenadoria Regional da SEDUC (2023), a unidade já atendeu mais de 900 estudantes, incluindo jovens, trabalhadores e adultos que interromperam os estudos. A metodologia semestral modular facilita a retomada dos estudos.

A metodologia modular adotada pelo CEJA baseia-se na organização do currículo em etapas independentes, permitindo maior flexibilidade para ingresso e

conclusão. Essa abordagem busca mitigar a evasão e se alinha à lógica da EJA como política compensatória (Dourado; Oliveira, 2021). Uma observação importante é que a modularidade também permite aos estudantes acumular conhecimento progressivamente, facilitando sua reinserção no mercado de trabalho em etapas, em lugar de serem excluídos por não finalizarem um curso completo. Esse formato flexível dialoga diretamente com Arroyo (2005) ao propor práticas adaptadas às trajetórias fragmentadas dos jovens e adultos, resultado evidente na adesão observada nas turmas noturnas.

Além disso, Jaciara tem articulado políticas públicas com os Planos Municipais de Educação, adaptando suas metas às necessidades locais. A inclusão da EJA como prioridade no plano vigente (2015-2025) tem garantido a continuidade das ações e fortalecido o papel da educação como vetor de inclusão social.

Apesar dos avanços, a permanência dos alunos continua sendo um desafio. A Prefeitura de Jaciara mantém turmas noturnas em escolas municipais desde 2005, com ênfase em alfabetização e anos iniciais do ensino fundamental. Essas ações são articuladas ao Plano Municipal de Educação, que prevê a ampliação da oferta para jovens a partir dos 15 anos. O número de matrículas tem oscilado, mas campanhas de busca ativa e parcerias comunitárias vêm garantindo adesão.

Dados parciais da Secretaria Municipal de Educação de Jaciara apontam que, em 2022, havia 87 estudantes matriculados na EJA regular da rede municipal, com evasão de aproximadamente 23% ao longo do ano. A evasão foi maior entre mulheres acima de 40 anos, geralmente devido a responsabilidades familiares e trabalho informal.

Segundo o Censo Escolar da Educação Básica (INEP, 2023), as principais causas registradas de evasão em cursos da EJA no estado de Mato Grosso incluem a necessidade de trabalhar (34%), cuidados com familiares (22%) e questões de saúde (12%). Embora os dados específicos de Jaciara não estejam desagregados, entrevistas realizadas com a Secretaria Municipal de Educação apontam uma tendência semelhante, reforçando a necessidade de articulação com políticas sociais, especialmente no atendimento a mulheres e idosos.

Tais indicadores reiteram o que Haddad e Di Pierro (2022) discutem como barreiras estruturais para o direito à educação de adultos. Muitos enfrentam barreiras, como a jornada de trabalho extenuante, a distância das unidades escolares e a falta de reconhecimento social da EJA. Para enfrentar essas dificuldades, o município tem

buscado ampliar as ações de busca ativa e articulação com outras políticas públicas, como assistência social e saúde.

Essas medidas têm sido fortalecidas por meio da atuação intersetorial com o Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) do município, que identifica famílias em situação de vulnerabilidade e encaminha adultos para as turmas de EJA. Essa parceria representa um exemplo prático de integração entre políticas públicas, conforme defendido por Dourado e Oliveira (2021), que propõem a gestão democrática como ferramenta para fortalecer a permanência dos educandos.

Ademais, essas ações complementares configuram enfrentamento das barreiras estruturais, que impedem a continuidade na EJA, conforme alerta Saviani (2018) sobre a importância do suporte social agregado à oferta educacional.

O diálogo com a comunidade também tem sido fortalecido por meio de parcerias com entidades, como sindicatos rurais, associações de moradores e igrejas, facilitando a adesão às turmas da EJA. Essas ações favorecem a criação de vínculos comunitários, o que, como sugere hooks (1994), contribui para tornar a educação um espaço de acolhimento e transformação das subjetividades.

A análise desses programas reforça as concepções de Freire (1987) sobre a alfabetização como prática de liberdade. O PBA, ao investir na formação de alfabetizadores e no uso de metodologias participativas, contribuiu para que muitos sujeitos em Jaciara acessassem pela primeira vez o mundo letrado, ampliando sua autonomia. Essa dimensão dialógica da alfabetização, enfatizada também por Gadotti (2003), é visível nos relatos de participantes das turmas do CEJA, que relatam a valorização da autoestima e da cidadania.

O programa Muxirum, ao priorizar populações de difícil acesso, como os assentamentos, alinha-se à crítica de Arroyo (2005) sobre a importância de uma educação que reconheça os contextos locais e as territorialidades. Em Jaciara, o programa atuou em parceria com escolas municipais, utilizando materiais adaptados à realidade regional.

Além disso, os materiais utilizados pelo Muxirum em Jaciara incluem conteúdos que dialogam com práticas culturais locais, como feiras, agricultura familiar e festas tradicionais. Isso reforça a importância de práticas educativas contextualizadas, como destaca Gadotti (2003), e contribui para que os estudantes se reconheçam como sujeitos históricos em seus territórios.

A realização do ENCCEJA também apresenta efeitos significativos. Conforme discutido por Costa (2019), a certificação é parte das políticas de gestão por resultados e desempenho. Entretanto, quando aliada ao atendimento integral do CEJA e ações pedagógicas contextualizadas, como ocorre em Jaciara, ela pode cumprir o papel de instrumento de inclusão, sem reduzir a educação à mera métrica de eficiência, como alerta Gewirtz e Ball (2011).

Dados do Relatório de Resultados do ENCCEJA (INEP, 2023) indicam que, no polo de Rondonópolis, o mais próximo de Jaciara, a taxa média de aprovação nas provas do ensino fundamental foi de 43% em 2022. Embora não haja dados individualizados para Jaciara, estima-se, por meio da Secretaria Regional da SEDUC, que a taxa local se mantenha próxima da média regional.

A articulação entre o Plano Municipal de Educação e os programas federais revela a importância da descentralização aliada à capacidade de gestão local, como propõe Dourado e Oliveira (2021). Em Jaciara, a inclusão da EJA como meta prioritária tem permitido continuidade e planejamento, mesmo com as mudanças de gestão.

Essa continuidade se expressa na meta 8 do Plano Municipal de Educação de Jaciara (2015–2025), que estabelece como objetivo “garantir atendimento à população de 15 anos ou mais que não teve acesso ou permanência na educação básica”, com indicadores de expansão de matrículas e redução da evasão. O relatório de monitoramento mais recente (PME, 2023) mostra que a meta teve execução parcial, alcançando 73% do público-alvo estimado.

Por outro lado, os desafios ainda persistem. A evasão escolar, vinculada ao trabalho precário, ao transporte e à invisibilidade social, aponta para os limites da política educacional, como discutido por Haddad e Di Pierro (2022). Em muitos casos, os estudantes enfrentam a jornada dupla ou tripla, o que torna a permanência na EJA uma conquista diária.

Conforme a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD, 2022), entre os adultos que não concluem a educação básica no Brasil, 54% apontam a incompatibilidade com o trabalho como principal causa. Em regiões como o Médio Araguaia, onde se localiza Jaciara, essa proporção pode ser ainda maior, dada a forte presença do setor agroindustrial e das atividades informais.

A formação dos educadores também é um ponto sensível. Saviani (2018) e Freire (2018) alertam que políticas de formação continuada são imprescindíveis para assegurar que o educador compreenda o processo educativo da EJA como um ato

político e cultural. Em Jaciara, há relatos de falta de apoio pedagógico e necessidade de qualificação docente, especialmente nas turmas noturnas da rede municipal.

Outro aspecto a considerar é a necessidade de integrar a EJA a políticas sociais e culturais mais amplas. Como propõe bell hooks (1994), a educação deve ser um espaço de transformação e acolhimento das múltiplas identidades dos sujeitos. Em Jaciara, as parcerias com organizações comunitárias apontam para um modelo de atuação territorializado e participativo, ainda que incipiente.

Nesse sentido, cabe destacar que, desde 2021, o município firmou convênio com o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Jaciara para utilizar suas sedes como pontos de apoio educacional. Isso tem permitido ampliar o acesso à EJA em áreas mais afastadas do centro urbano, diminuindo os custos de deslocamento e fortalecendo os vínculos comunitários.

Assim, os dados e análises indicam que as ações de EJA no município de Jaciara se articulam com uma concepção crítica e emancipatória de educação. Os avanços observados não decorrem de uma única política, mas da combinação entre programas federais, estaduais e locais, em sintonia com o que Arroyo (2020) define como práticas educativas insurgentes, ou seja, aquelas que desafiam as lógicas de exclusão.

A experiência de Jaciara demonstra que, quando há vontade política, apoio institucional e articulação comunitária, mesmo municípios de pequeno porte podem apresentar respostas efetivas à negação histórica do direito à educação. Ainda assim, há limitações. A análise orçamentária do Plano Plurianual de Jaciara (2022–2025) revela que somente 1,7% dos recursos destinados à educação foi alocado diretamente para ações da EJA no último biênio. Esse percentual compromete a expansão de infraestrutura e a contratação de mediadores educacionais, considerados fundamentais para o atendimento de jovens e adultos em situação de vulnerabilidade.

Efetivar a articulação entre política, educação e comunidade confirma a tese de Arroyo (2020) sobre práticas educativas insurgentes, denunciando que, mesmo em municípios pequenos, sujeitos e coletivos podem produzir inovações pedagógicas que transformam realidades estruturais.

É importante ressaltar que a análise aqui realizada não pretende estabelecer causalidades absolutas, mas indicar correlações plausíveis entre a implementação das ações da EJA e a queda da taxa de analfabetismo no município. A partir dos

dados apresentados, pode-se afirmar que a EJA tem contribuído significativamente para a ampliação do acesso à escolarização e para a promoção de oportunidades educacionais em Jaciara.

Na prática, a consolidação da EJA em Jaciara tem provocado resultados sociais mensuráveis, como o aumento da procura por cursos técnicos subsequentes na unidade do SENAI em Rondonópolis. Segundo dados da instituição (2023), 12 egressos da EJA de Jaciara se matricularam em cursos profissionalizantes nos últimos três anos, um indicativo do papel da EJA como ponte para outros níveis de formação.

O enfrentamento do analfabetismo em municípios de pequeno porte, como Jaciara, exige, portanto, não somente a ampliação da oferta da EJA, mas também a compreensão de seus determinantes sociais e econômicos. Nesse sentido, o planejamento integrado, o financiamento adequado e a valorização dos profissionais da educação são elementos-chave para sustentar os avanços alcançados.

Esse aspecto é reafirmado no PEE/MT (2015–2025), que aponta como prioridade a formação docente com ênfase na diversidade e no direito à educação ao longo da vida. A meta 17.3 desse plano recomenda que os municípios ampliem a formação específica em EJA, inclusive com incentivo à pós-graduação na área, ainda pouco implementada em regiões do interior.

Com base nessa análise, verifica-se que o município de Jaciara tem construído uma trajetória consistente no enfrentamento do analfabetismo, contribuindo para a garantia do direito à educação para populações historicamente marginalizadas. Tais avanços, ainda que desiguais, revelam que a EJA, quando articulada a uma política pública sólida e contextualizada, pode promover transformações concretas na vida das pessoas.

Dessa forma, a experiência de Jaciara permite compreender que a capacidade de alcance da EJA está diretamente relacionada à sua capacidade de integrar sujeitos, territórios e políticas. Não se trata somente de garantir acesso, mas de construir percursos educativos que respeitem os tempos, as histórias e as realidades dos educandos.

Ao refletir sobre a articulação entre programas, como o PBA, o Muxirum, o ENCCEJA e as ações locais, percebe-se que o êxito da modalidade depende do enraizamento comunitário e do reconhecimento institucional. O caso de Jaciara, embora marcado por desafios estruturais, oferece indícios de que é possível construir

políticas educacionais democráticas e inclusivas, mesmo em contextos de limitação orçamentária e social.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Este estudo investigou as consequências da formação proporcionada pela EJA na alfabetização dos moradores de Jaciara (MT). Por meio da revisão bibliográfica e análise documental, foi possível compreender a relevância dessa modalidade na promoção da inclusão social e no desenvolvimento de habilidades básicas entre jovens e adultos que não tiveram acesso à educação formal durante a infância.

A análise também evidenciou que os avanços obtidos em Jaciara decorrem da articulação entre diferentes esferas de governo e da implementação de programas alinhados à realidade local, demonstrando a eficácia das políticas descentralizadas quando acompanhadas de planejamento e vontade política.

Os resultados indicaram que a EJA desempenha um papel crucial na melhoria das habilidades de leitura e escrita dos participantes, além de proporcionar benefícios sociais e econômicos significativos.

A análise das políticas públicas e da legislação revelou um compromisso com a garantia do direito à educação para todos, evidenciado pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), pelo Plano Nacional de Educação (PNE) e pelo Plano Municipal de Educação de Jaciara (2015–2025), que estabelece metas e diretrizes específicas para a EJA no contexto local.

Em particular, programas, como o Muxirum e o ENCCEJA, mostraram-se eficazes ao atuarem em sinergia com ações locais, ampliando o alcance da alfabetização em comunidades urbanas e rurais. Esses programas demonstram que a EJA não deve ser somente uma política compensatória, mas, sim, uma ferramenta estruturante para a formação integral dos cidadãos. Além disso, a integração entre a EJA e a formação profissional mostrou-se um aspecto essencial para a empregabilidade e autonomia financeira dos educandos.

A experiência de Jaciara, nesse sentido, sinaliza que a formação escolar, quando articulada ao desenvolvimento de competências para o trabalho, pode contribuir para a superação de ciclos intergeracionais de pobreza e exclusão.

A flexibilização curricular e metodológica, aliada a programas como o PROEJA, possibilita uma qualificação mais adaptada às necessidades do mercado de trabalho, reduzindo as barreiras de entrada para os estudantes da EJA. Entretanto, a falta de investimentos contínuos na formação de professores e na infraestrutura escolar ainda representa um grande desafio para o funcionamento adequado da modalidade.

A inclusão digital também emergiu como um aspecto fundamental para a modernização da EJA. No contexto contemporâneo, a dificuldade de acesso à tecnologia e à internet limita a participação de muitos alunos e reduz as oportunidades de qualificação profissional. Dessa forma, políticas públicas que garantam a oferta de ensino híbrido e recursos tecnológicos acessíveis podem ampliar significativamente o alcance da EJA e facilitar a permanência dos alunos.

Apesar das limitações decorrentes da ausência de entrevistas e questionários devido a restrições operacionais, a pesquisa documental e bibliográfica forneceu informações sobre os desafios e as potencialidades da EJA em contextos rurais e de pequenos municípios como Jaciara. As políticas de flexibilização curricular e metodológica são fundamentais para atender às necessidades específicas dos alunos da EJA, valorizando suas experiências de vida e seus conhecimentos prévios.

Essa valorização da trajetória dos educandos é um elemento-chave para fomentar o vínculo com a escola e combater o abandono escolar, especialmente entre mulheres adultas e trabalhadoras.

A importância da EJA na promoção da coesão social e no fortalecimento das comunidades ficou evidente. Os programas de EJA não só melhoram as oportunidades de emprego dos participantes, mas também incentivam a participação cívica e o engajamento comunitário. Isso contribui para o desenvolvimento sustentável e equitativo das comunidades, refletindo os princípios da educação inclusiva e libertadora defendidos por Paulo Freire. Além disso, o fortalecimento das parcerias entre escolas, entidades comunitárias e serviços públicos locais desponta como estratégia promissora para sustentar os avanços da EJA e ampliar sua capilaridade nos territórios.

Portanto, a EJA em Jaciara (MT) mostra-se uma ferramenta essencial para a redução do analfabetismo e a promoção da inclusão social. As descobertas deste estudo reforçam a necessidade de continuar investindo em políticas educacionais que assegurem a qualidade e a acessibilidade dos programas de EJA, adaptando-os às realidades locais. Para que a modalidade alcance sua plena eficácia, é fundamental

haver articulação entre educação, assistência social e qualificação profissional, promovendo a permanência escolar e a inserção dos educandos no mundo do trabalho.

Dessa forma, recomenda-se que futuras pesquisas incluam metodologias de coleta de dados primários, como entrevistas e questionários, para complementar as análises e oferecer uma visão ainda mais abrangente dos efeitos da EJA. Além disso, estudos que investigam a eficácia das políticas recentes, como o Decreto n.º 12.048/2024, e outros programas de apoio ao EJA, podem contribuir para a formulação de diretrizes mais eficazes para a EJA em municípios de pequeno porte.

Entende-se, portanto, que somente com o monitoramento sistemático e a escuta ativa dos sujeitos da EJA será possível aperfeiçoar as estratégias adotadas e garantir o pleno exercício do direito à educação para jovens e adultos.

## REFERÊNCIAS

- ANDRÉ, M. Formação de professores: a constituição de um campo de estudos. *Educação*, Porto Alegre, v. 33, n. 3, p. 174–181, set/dez.2010.
- ARROYO, M. G. Políticas públicas e educação do campo. *Educação e Sociedade*, Campinas, v. 26, n. 91, p. 267-288, 2005
- ARROYO, M. G. Reafirmação das lutas pela educação em uma sociedade desigual? *Educação & Sociedade*, v. 39, n. 145, p. 1098–1117, 2018.
- ARROYO, M. G. Gestão da Educação com Justiça Social: Que Gestão dos Injustiçados? *Revista Brasileira de Política e Administração da Educação*, v. 36, n. 2, p. 768–785, 2020.
- AZEVEDO, M. L. N.; AGUIAR, M. A. da S. As políticas educacionais e o gerencialismo: novas formas de regulação e controle na educação brasileira. *Educação & Sociedade*, Campinas, SP, v. 36, n. 132, p. 1047–1064, out./dez. 2015.
- BATISTA, M. C. S.; MIRANDA, M. A.; SOUSA, C. C. B. B.; SOUSA, J. B. B.; ROCHA, M. M. V. Educação de Jovens e Adultos: a dicotomia entre a ausência de políticas públicas e a importância para mitigar o analfabetismo. *Revista Brasileira de Educação*, Brasília, 2024.
- BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Brasília: Senado Federal, 1988.
- BRASIL. Decreto n.º 12.048, de 5 de junho de 2024. Institui o Pacto Nacional pela Superação do Analfabetismo e Qualificação da Educação de Jovens e Adultos. *Diário Oficial da União*, Brasília, 2024b. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2023-2026/2024/Decreto/D12048.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2023-2026/2024/Decreto/D12048.htm). Acesso em: 30 jan. 2025.
- BRASIL. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB)*, Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Brasília, DF: Senado Federal, 1996.
- BRASIL. Lei n.º 14.818, de 16 de janeiro de 2024. Institui o Programa Pé-de-Meia para incentivo financeiro-educacional de estudantes do ensino médio público. *Diário Oficial da União*, Brasília, 2024a. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2023-2026/2024/Lei/L14818.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2023-2026/2024/Lei/L14818.htm). Acesso em: 30 jan. 2025.
- BRASIL. Ministério da Educação. *Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos*. Brasília, DF: MEC, 2000.
- BRASIL. Ministério da Educação. *Plano Nacional de Educação (PNE) 2014-2024*. Brasília, DF: MEC, 2014.

BRASIL. *Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA)*, criado pela Portaria nº 1287 de 22 de setembro de 1998. Brasília, DF: Senado Federal, 1998.

BUARQUE, C. *A revolução nas prioridades: da modernidade técnica à modernidade ética*. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CELLARD, A. A análise documental. In: POUPART, J. *et al.* (Org.). *A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos*. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2012. p. 295-316.

COLARES DE BITENCOURT, V.; DA CRUZ, L.; WAGNER, F. Educação de Jovens e Adultos e a Meta 9 do PNE (2014-2024): grupos vulneráveis esquecidos no Brasil. *Revista Salão Oito*, v. 2, n. 1, p. 45–62, 2024.

COSTA, M. de O. Contrarreformas, Nova Gestão Pública e relações público privadas: mapeando conceitos, tendências e influências na educação. *RBP AE*, v. 35, n. 1, p. 159–179, jan./abr. 2019. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/rbpae/article/view/89875/52798> . Acesso em: 10 fev. 2025.

CRUZ, A. C. S. Avaliação e prática pedagógica na EJA. *Revista Brasileira de Educação*, v. 23, n. 2, p. 56–78, 2018.

CURY, Carlos Roberto Jamil. *Política educacional e legislação de ensino*. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

CURY, Carlos Roberto Jamil. Educação e direito à educação: fundamentos, normas e critérios. *Educação & Sociedade*, Campinas, SP, v. 31, n. 112, p. 1225–1245, out./dez. 2010.

DARDOT, P.; LAVAL, C. *A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal*. São Paulo: Boitempo, 2016.

DI PIERRO, M. C. Educação de Jovens e Adultos: contribuições de artigos em periódicos brasileiros indexados na base SciELO (2010–2014). *Revista Brasileira de Educação*, v. 20, n. 61, p. 401–426, 2015.

DOURADO, L. F. Políticas educacionais e financiamento da educação: desafios contemporâneos. *Educação & Sociedade*, v. 42, p. 1–24, 2021.

DRAIBE, S. M. *A política social no pós-Real: redefinição do papel do Estado e reforma dos programas sociais*. São Paulo: Fundação SEADE, 2001.

FREIRE, P. *Pedagogia do Oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FREIRE, P. *Educação como prática da liberdade*. São Paulo: Paz e Terra, 2018.

GADOTTI, M. *Pedagogia da Terra*. São Paulo: Peirópolis, 2003.

GANDIN, L. A.; LIMA, I. G. Reconfiguração do trabalho docente: um exame a partir da introdução de programas de intervenção pedagógica. *Revista Brasileira de Educação*, v. 20, n. 62, p. 663–677, jul./set. 2015. <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-24782015206206>.

GEWIRTZ, S.; BALL, S. J. Do modelo de gestão do "Bem-Estar Social" ao "Novo gerencialismo": mudanças discursivas sobre gestão escolar no mercado educacional. In: BALL, S. J. e MAINARDES, J. (Orgs.). *Políticas educacionais: questões e dilemas*. São Paulo: Cortez, 2011.

GRAGNOLATI, M.; LINDA, J.; LUND, J. TOGNATO, C.; VILLAR, L. *Growing old in an older Brazil*: Implications of population aging on growth, poverty, public finance, and service delivery. Washington, D.C.: World Bank, 2011. DOI: 10.1596/978-0-8213-8809-5

HADDAD, S.; DI PIERRO, M. C. *Educação de Jovens e Adultos no Brasil: desafios da institucionalização*. São Paulo: Cortez, 2022.

hooks, b. *Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade*. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 1994.

KENSKI, V. M. *Educação e tecnologia: O novo ritmo da informação*. Campinas, SP: Papirus, 2007.

LIMA, M. S.; SOUSA, L. Q. Educação de Jovens e Adultos no Brasil: aspectos históricos, dilemas atuais. *Semana Acadêmica Online*, v. 12, n. 3, p. 25–42, 2017.

MÁ EDUCAÇÃO. Direção: Cory Finley. Roteiro: Mike Makowsky. Produção: Automatik Entertainment, Sight Unseen Pictures, HBO Films. Estados Unidos: HBO, 2020. 1 filme (108 min). Baseado no artigo *The Bad Superintendent*, de Robert Kolker.

MENEZES, R. A.; OLIVEIRA, T. J. Currículo contextualizado na EJA: práticas e desafios. *Revista Educação e Cultura Contemporânea*, v. 16, n. 43, p. 112–130, 2019.

MERLIN, M. A. R. Educação de jovens e adultos em municípios da região metropolitana de Curitiba: estudo a partir do plano nacional de educação 2014/2024 e planos municipais. *Revista Educação em Debate*, v. 21, n. 5, p. 98–120, 2024.

MINAYO, M. C. de S. *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde*. 14. ed. São Paulo: Hucitec, 2012.

MORAN, J. M. Os novos espaços de atuação do professor com as tecnologias. *Revista Diálogo Educacional*, v. 4, n. 12, p. 1–9, maio-ago, 2004.

MOTA, A. S. S. Os desafios e possibilidades da Educação de Jovens e Adultos (EJA): uma reflexão sobre a formação do educador. *Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento*, v. 4, n. 12, p. 154–170, 2019.

NÓVOA, A. Firmar a posição como professor, afirmar a profissão docente. *Cadernos de Pesquisa* [online], v. 47, n. 166, p. 1106–1133, 2017.

OLIVEIRA, C. P.; CADONÁ, E. Apontamentos sobre a EJA no PNE (2014-2024) e no PME de Salvador (2016-2026). *Revista Educação e Sociedade*, Brasília, DF, 2024.

OLIVEIRA, D. A. O. (Org.). *Gestão Democrática da Educação*. 5. ed. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2017.

PINTO, M. A.; MELO, J. R. Educação de Jovens e Adultos: uma segunda oportunidade educacional. *Revista Brasileira de Políticas Públicas Educacionais*, v. 6, n. 2, p. 145–168, 2020.

RIBEIRO, J. F. Políticas educacionais e a formação de professores no Brasil: desafios para o século XXI. *Revista Brasileira de Educação*, v. 13, n. 38, p. 99–115, 2008.

RIBEIRO, V. M. *Educação de Jovens e Adultos: Desafios e Perspectivas*. São Paulo: Cortez, 2008.

ROMANOWSKI, J. P.; ENS, R. T. As pesquisas denominadas “estado da arte” em educação. *Revista Brasileira de Educação*, v. 11, n. 31, p. 37–58, 2006.

SAVIANI, D. *História das ideias pedagógicas no Brasil*. 5. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2018.

SHIROMA, E. O.; GARCIA, R. M. C.; CAMPOS, R. F. Conversão das “almas” pela liturgia da palavra: uma análise do discurso do movimento Todos pela Educação. In.: BALL, S. J.; MAINARDES, J. (Orgs.). *Políticas educacionais: questões e dilemas*. São Paulo: Cortez, 2011.

SILVA, E.; SANTOS, J. F. Impactos psicossociais da alfabetização em adultos: uma revisão de literatura. *Psicologia: Teoria e Prática*, v. 22, n. 3, p. 210–225, 2020.

SILVA, L. E. H.; SILVA, C. C. Produção Acadêmica sobre Financiamento da Educação de Jovens e Adultos (2000-2018). *Revista FinEduca*, v. 8, n. 2, p. 34–51, 2016.

SILVA, R. M.; SANTOS, F. R. A alfabetização na EJA: impactos psicossociais e desafios estruturais. *Revista Educação e Sociedade*, v. 41, p. 321–340, 2020.

SOUZA, E. G.; CARVALHO, A. M. A importância dos estudos locais no contexto da EJA. *Revista de Políticas Educacionais Contemporâneas*, v. 9, p. 79–96, 2019.

TARDIF, M. *Los saberes del docente y su desarrollo profesional*. 3. ed. Madri: Narcea, 2014.

TORRES, M. A.; MACEDO, J. L. Materiais pedagógicos na EJA: desafios e possibilidades. *Revista Brasileira de Educação*, Brasília, DF, v. 46, p. 231–245, 2021.

UNESCO. *Educação 2030: Declaração de Incheon e Marco de Ação para a realização do ODS 4*. Brasília, DF: UNESCO, 2015.

VALLE, J. F. Políticas públicas para a EJA no contexto neoliberal. *Revista de Educação e Sociedade*, Campinas, SP, v. 18, p. 45–63, 2010.

VERHINE, José Valente de Souza. A avaliação da educação superior e a regulação estatal. *Educação & Sociedade*, Campinas, SP, v. 31, n. 113, p. 1051–1074, out./dez. 2010.